

**FLÁVIA CELEIRA CORTEZ**

**Luta por Reconhecimento: uma análise intersubjetiva das histórias de vida  
de catadoras de materiais recicláveis.**

**Belém  
2019**

**FLÁVIA CELEIRA CORTEZ**

**Luta por Reconhecimento: uma análise intersubjetiva das histórias de vida  
de catadoras de materiais recicláveis.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia

Orientador: Prof.º Drº Otacílio Amaral Filho

**Belém**  
**2019**

**FLÁVIA CELEIRA CORTEZ**

**Luta por Reconhecimento: uma análise intersubjetiva das histórias de vida  
de catadoras de materiais recicláveis.**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADO:                      ( ) APROVADO                      ( ) NÃO APROVADO

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Profº Dr. Otacílio Amaral Filho (PPGCom/UFPA) – Orientador

---

Profº Drº Leandro Rodrigues Lage (PPGCom/UFPA)

---

Profª Drª Tânia Guimarães Ribeiro (PPGSC/UFPA)

**Belém**  
**2019**

## RESUMO

Os catadores de materiais recicláveis enquanto categoria trabalhista configuram um fenômeno social do sul global e explicita contradições econômicas, sociais e ambientais na dinâmica do capitalismo global. Na América Latina, essa categoria se organiza por meio da Rede Latino Americana e do Caribe de Recicladores – RedLacre, em escala nacional pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, e no Pará pelas redes: Rede Recicla Pará, Rede CataPará e Rede CentPará, compostas por diversas cooperativas e associações na Região Metropolitana e interiores. No decorrer da pesquisa se percebe que a luta por reconhecimento é o enunciado que une tanto o discurso do movimento social quanto a história de vida e subjetividade destas pessoas, o eixo em que se funde trabalho e vida. A partir dessa percepção, o objetivo desta pesquisa foi compreender como a relação entre as dimensões da luta por reconhecimento proposta por Axel Honneth (2009) dialoga e explicita as relações de colonialidade do poder (Quijano, 2005) a partir das narrativas de histórias de vida das catadoras. A pesquisa apresenta no capítulo 1 a contextualização dos catadores hoje dentro de cooperativas e associações a partir de pesquisas realizadas na Universidade Federal do Pará, e discute potencialidades de pesquisa dentro deste contexto. No capítulo 2 aborda a colonialidade do poder a partir de Quijano e Mignolo (2005) para compreender outras perspectivas de interpretação das complexidades subjetiva e material na América Latina. No capítulo 3 se apresenta o conceito de luta por reconhecimento em Honneth (2009) a partir das dimensões amor, direito e estima social, como conceitos para se analisar as histórias de vida das catadoras de materiais recicláveis a partir de uma perspectiva de como essas falas abordam a luta por reconhecimento e perpassam a construção de subjetividades na colonialidade.

**Palavras-chave:** Reconhecimento, Colonialidade, Catadoras, Cooperativas

## **ABSTRACT:**

The recycled garbage pickers as a labor category constitute a social phenomenon in the global south and expresses economic, social and environmental contradictions in the dynamics of global capitalism. In Latin America, this category is organized through the Latin American and Caribbean Network of Recyclers - RedLacre, on a national scale by the National Movement of Garbage Pickers - MNCR, and in Pará through the networks: Rede Recicla Pará, Rede CataPará and Rede CentPará, composed of several cooperatives and associations in the Metropolitan Region and interiors. Throughout the research, it is clear that the struggle for recognition is the statement that unites both the discourse of the social movement and the history of life and subjectivity of these people, the major theme on which work and life are based. Based on this perception, the aim of this research was to understand how the relationship between the dimensions of the Fighting to be Recognition proposed by Axel Honneth (2009) dialogues and makes explicit the relations of Coloniality of Power (Quijano, 2005) from the narratives of life stories of garbage pickers. The research presents in chapter 1 the contextualization of garbage pickers today within cooperatives and associations based on research carried out at the Federal University of Pará, and discusses research potentialities within this context. Chapter 2 deals with the coloniality of power from Quijano and Mignolo (2005) to understand other perspectives for interpreting the subjective and material complexities in Latin America. Chapter 3 presents the concept of Fighting to be Recognition in Honneth (2009) from the dimensions of love, law and social esteem, as concepts for analyzing the life stories of recyclable pickers from a perspective of how these statements they approach the fighting to be recognition and permeate the construction of subjectivities in coloniality.

**Key Words:** Recognition, Coloniality, Pickers, Cooperatives

## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

Ilustração 1 – Dinâmica espacial da segregação, em Belém, adaptada de Corrêa (2005) por Cunha (2007) .....	20
Ilustração 2- Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém .....	23

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exemplo de jornadas de trabalho dos catadores no lixão do Aurá, 2013 .....	29
Tabela 2 - Síntese dos dados do Censo 2010 do IBGE, por Metello e Sant’ana (2016, p. 26).....	49

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Faixa de renda mensal dos catadores do Aurá, 2013 .....	30
--	----

## Sumário

Introdução .....	10
Capítulo 1 – Contexto local dos catadores de materiais recicláveis .....	13
Lixão do Aurá: um território pressuposto.....	13
Discursos sobre o catador .....	31
Organização dos catadores no Pará .....	37
Capítulo 2- Colonialidade do poder no contexto dos catadores de materiais recicláveis. ....	41
Racialidade .....	45
Eurocentrismo.....	49
Capitalismo mundial.....	53
Estado Nação .....	56
Capítulo 3- Luta por reconhecimento em Honneth. ....	62
Do amor .....	63
Do direito .....	65
Da estima social.....	69
Metodologia de análise das histórias de vida .....	72
Sobre as entrevistadas.....	73
Dona Raimunda. ....	76
Dona Socorro Ribeiro .....	80
Dona Maria Trindade.....	85
Conclusão .....	91
Referências .....	92

## **Introdução**

O meu interesse nessa temática dos catadores de materiais recicláveis, apesar de esporádica, começou em 2008, quando conheci o catador Jonas de Jesus a partir de um projeto de preparação para trabalho voluntário no Fórum Social Mundial, que aconteceria no ano seguinte, em 2009, em Belém. Desde então, esse contato com o Jonas se desenvolveu em um projeto da disciplina Comunicação Institucional, da Faculdade de Comunicação - Facom, em 2010, com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Terra Firme, a CONCAVES, da qual o Jonas era presidente na época. Além disso, fiz meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Comunicação sobre lixo urbano a partir de uma análise de discurso midiático de sustentabilidade, o qual foi atualizado para um artigo apresentado no Seminário Internacional América Latina – Sialat 2017.

Mas foi a partir do trabalho como jornalista no “Projeto Incubação para fortalecimento de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis – em municípios do Pará”, do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento, da UFPA, que retomei o interesse pela temática e me propus a continuar essa pesquisa no mestrado do PPGCom. Mais especificamente, foi a partir da viagem para a Expocatadores 2016, em Belo Horizonte, por meio do Projeto de Incubação, em um ônibus conseguido pelos catadores junto a SEASTER (Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda), que pude conhecer diversas outras cooperativas, associações e lideranças do Pará, perceber as tensões, divergências e todo o cenário nacional e da América Latina envolvendo essa categoria.

Isso por que foi a partir desse envolvimento mais subjetivo com os catadores, para o qual essa viagem de ônibus foi fundamental, que comecei a pensar que a dimensão política que eu havia discutido no TCC a partir de uma perspectiva dos discursos globais de desenvolvimento sustentável, tem nas histórias de vida uma relação explícita com a intersubjetividade e a luta por reconhecimento, uma dimensão no âmbito do sensível e político que também vem sendo tensionada e reconfigurada a partir de novas formas de organização dos catadores.

Partindo da percepção de que o catador organizado em cooperativas e associações luta por reconhecimento e valorização do seu trabalho, o objetivo dessa pesquisa é buscar entender a importância das relações intersubjetivas nas trajetórias de vida das catadoras de materiais recicláveis e, conseqüentemente, nas conquistas da categoria desde o Auro até a organização enquanto movimento social.

Um autor que propõe essa relação no campo teórico é Axel Honneth, a partir de uma proposta de gramática moral dos conflitos sociais. O autor propõe pensar a luta por reconhecimento não somente pela via da sobrevivência, mas como uma relação moral de respeito, amor e solidariedade, que quando infringidos causam ao sujeito prejuízos também psíquicos de perda da auto-confiança, do auto respeito e da auto estima, e portanto, da identidade. Segundo o autor,

sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica; esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social. (HONNETH, 2009, p. 260)

Ao propor analisar como a luta por reconhecimento enquanto uma dimensão intersubjetiva, o objetivo do trabalho foi compreender a presença das dimensões do reconhecimento nas histórias de vida das catadoras, como perpassa as subjetividades e de que forma dialoga com teorias sociais como a segregação sócio espacial, a economia, questões ambientais e geopolítica na América Latina, formando uma contextualização sobre o fenômeno social e propondo compreender algumas de suas contradições.

A escolha da metodologia a partir de entrevistas abertas e histórias de vida com três catadoras de materiais recicláveis foi uma escolha também baseada na percepção de que os catadores tem um lugar de fala muitas vezes desvalorizado na relação com o poder público e outras instituições. Mas principalmente pela perspectiva de buscar compreender como a luta por reconhecimento perpassa essas histórias de vida e compõem a complexidade das subjetividades na América Latina.

Assim o trabalho é dividido em três capítulos, sendo o primeiro uma contextualização dos catadores de materiais recicláveis, a partir de pesquisas realizadas na Universidade Federal do Pará sobre o assunto, em que se expõe um material

diversificado de análises sobre os catadores na área social. Neste capítulo o foco são os catadores, então se optou por uma contextualização mais teórica.

O segundo capítulo aborda a colonialidade do poder, conceito de Quijano para evidenciar as contradições e complexidades das subjetividades que vivem a modernidade na colonialidade. Neste capítulo se aborda uma perspectiva decolonial do contexto dos catadores, a partir da percepção de que essa abordagem, apesar de visível na dinâmica dos catadores não é explicitada nos trabalhos e pesquisas consultados nem no cotidiano do movimento social dos catadores no Pará.

A proposta de autores como Quijano e Mignolo neste capítulo é de trazer a tona uma abordagem que demonstre como a colonialidade perpassa subjetiva e materialmente as relações sociais na América Latina e de que forma isso desenvolve uma distorção na compreensão da realidade e dos fenômenos sociais no território. Esse diálogo se tornou uma demanda no decorrer da pesquisa por pontuar e visibilizar aspectos que a teoria de Honneth (2009) não poderia visibilizar.

Por fim, no capítulo 3 se apresenta a teoria da luta por reconhecimento e intersubjetividade em Honneth (2009), a partir de uma gramática moral dos conflitos sociais. Apesar de Honneth se basear no direito moderno/ocidental a proposta aqui é dialogar o que foi apresentado no capítulo 1 e 2 com a luta por reconhecimento evidenciada nas histórias de vida das catadoras de materiais recicláveis.

Assim, propõe abordar a luta por reconhecimento no contexto dos catadores em diálogo com os processos sociais de migração, segregação e exclusão social, dinâmica urbana e questões ambientais, raciais e de colonialidade do poder. Ao propor essa relação é possível perceber que a teoria do reconhecimento pode ser uma base para se analisar outras possibilidades de interpretação que não estão explícitas mas perpassam esses fenômenos sociais.

## **Capítulo 1 – Contexto local dos catadores de materiais recicláveis**

O foco desta pesquisa são as histórias de vida das catadoras de materiais recicláveis, e para compreender alguns aspectos sociais envolvidos nas narrativas é importante contextualizar e apresentar o cenário do lixo urbano e dos catadores. Para isso essa dissertação se baseou em outras pesquisas sobre o tema, realizadas na Universidade Federal do Pará, principalmente as dissertações de Cunha (2007) e Ribeiro (2013) e as teses de Santos (2014) e Acioli (2014). O objetivo neste primeiro capítulo é apresentar um panorama descritivo dos catadores a partir dessas pesquisas, dados e entrevistas, para então aprofundar a proposta analítica desta dissertação pelo viés da comunicação e intersubjetividade.

### **Lixão do Aurá: um território pressuposto**

O Aurá e lixões a céu aberto pelo país concentram uma imagem da nossa sociedade, seja pela quantidade de rejeitos, seja pela quantidade de pessoas que sobrevivem nestes lugares, expondo nossa desigualdade. No caso do Aurá são impressionantes também as contradições do território, como por exemplo, o fato de ter sido o segundo maior lixão a céu aberto do país localizado em duas Unidades de Conservação - UC. A primeira é uma Área de Proteção Ambiental (APA), e a segunda é um Parque Ambiental, o Utinga. A APA e a UC são instrumentos de políticas públicas que deve cumprir normas ambientais de gestão, e é onde o lixão do Aurá, ainda em atividade, se localiza.

O Aurá atendia a Região Metropolitana de Belém, na época composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará, e foi desativado em Julho de 2015 devido a Lei Federal 12.305, de 2010, a qual determinou que os lixões do país fossem fechados até Agosto de 2014, com revitalização e recuperação da área e instalação de outro aterro sanitário dentro de todas as normas legais, sem a permanência de catadores. “Em 2014, contudo, o Senado entendeu que o prazo deveria ser estendido e estabeleceu novo marco para 2018, para capitais e municípios de região metropolitana, e até 2021 para municípios com população inferior a 50 mil habitantes.”(Outros400, 2016, online). Hoje o Aurá continua

recebendo entulhos da RMB, mas não recebe o lixo doméstico e comercial coletado no cotidiano da cidade.

O aterro começou a funcionar no início dos anos de 1990, é de responsabilidade da Secretaria de Saneamento (SESAN-PMB) por meio de uma parceria Público-Privada (PPP) em que a empresa CRT Guajará gerenciou o Aterro, de Setembro de 2012 a Junho de 2014

porém como o mesmo se localiza dentro da APA de Belém, que é gerenciada pelo governo estadual, tudo que for feito nesta área precisa do aval do mesmo, inclusive a licença ambiental que o aterro não tem desde 2007, pelo mesmo estar fora das condições ambientais necessárias a um aterro sanitário, sendo o mesmo hoje considerado um lixão a céu aberto por diversos atores envolvidos na questão. (SANTOS, 2014, p. 15)

Para iniciar a contextualização do Aurá, Santos (2014), em sua tese de doutorado, propõe uma abordagem pelo viés do conceito de racionalidade para analisar interesses, justificativas e estratégias de diferentes atores, suas relações e conflitos na coprodução deste espaço e compreender o envolvimento de cada um na organização do que denominou de “economia do lixo”.

O foco da autora é analisar a relação entre uma racionalidade econômica e outra ambiental neste território e para isso ela contrasta a insustentabilidade do Aurá com a iniciativa de exploração de gás metano (CH<sub>4</sub>), vinculado à política de créditos de carbono, ratificada pelo Protocolo de Kyoto como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e executado no Aurá pela Conestoga Rovers Associates – CRA WORLD, empresa canadense que se instalou em Belém financiada pelo capital americano, esteve no Aurá de 2006 (etapa construtiva) com contratação por 10 anos, até 2017. Além disso, ela aponta o projeto de Biorremediação e a economia solidária das cooperativas de catadores como iniciativas pontuais de uma racionalidade ambiental.

Estas ações servem para ilustrar as contradições do local: o fato de estar localizado em duas UCs, a contaminação de lençol freático e da água que abastece Belém, o dano ambiental às comunidades e rios do entorno, o desordenamento urbano consequente da ocupação da área sem planejamento, a economia do local envolvendo trabalho de sobrevivência, trabalho infantil e inúmeros acidentes e mortes, a destruição do cinturão verde que antes separava o aterro da comunidade e também

a questão dos royalties recebidos pela PMB da Conestoga Rovers Associates – CRA, que deveria retornar para o próprio aterro do Aurá e as comunidades, como benfeitorias, e isto nunca aconteceu, dentre outros conflitos que existem neste território em construção, fez surgir alguns questionamentos a serem investigados, ou seja, estas demandas ambientais são para quê, para quem? (SANTOS, 2014, p. 16)

A autora questiona qual o papel das normas ambientais se estas são violadas constantemente em função de uma racionalidade econômica: esta é a hipótese da tese, a prevalência desta racionalidade em ações do Estado e da iniciativa privada, mesmo que haja “ensaios” de práticas ambientais, como a proteção ambiental, a economia solidária das cooperativas e a usina de gás. Aqui o questionamento pode ser reelaborado para pensar até que ponto estas demandas ambientais são midiáticas ou práticas cotidianas.

A perspectiva teórica adotada por Santos (2014) é a partir do conceito de racionalidade, bastante explorado nas teorias econômicas e contribui para compreender um dos principais embates na dinâmica do lixo urbano e dos empreendimentos dos catadores, a relação entre uma racionalidade econômica e outra ambiental, ou ainda quais as aproximações entre ecologia e economia na contemporaneidade.

Segundo Fernandez e Bêni (2012, p.848) “A teoria da escolha racional foi desenvolvida no século XX, de modo mais ou menos independente, por filósofos, economistas, matemáticos e estatísticos”, segundo os autores esta teoria buscava formalizar o processo mental de tomada de decisões dentro de uma proposta científica.

Esta perspectiva surge com o propósito de pensar uma lei geral do comportamento humano, acreditando que a partir de suas crenças e objetivos a pessoa pode tomar uma decisão racional “Diz-se que sua ação foi racional se resultou na escolha, entre as diversas opções de ação possíveis, daquela que, de acordo com suas crenças, lhe pareceu a mais adequada para a consecução de seus objetivos.” (Fernandez e Bêni, 2012, p.849). Assim, essa abordagem tradicional de racionalidade é guiada por objetivos e interesses a serem alcançados.

É importante ressaltar que a teoria da racionalidade e, principalmente, esta perspectiva tradicional da objetividade como lei geral do comportamento humano, apesar de ainda ser a base das ciências econômicas recebe críticas e ataques de diversas frentes. Ela dialoga, porém com toda a tradição iluminista que está na base da ideia de

modernidade e civilização advinda do processo histórico de ascensão da burguesia no ocidente e que vem sendo questionada na contemporaneidade.

Os utilitaristas diziam que o homem econômico é o homem racional e quem não se encaixasse neste modelo de racionalidade seria classificado como imoral e anormal. O mercado era visto como um mecanismo natural para a sociedade, sendo assim o sistema econômico tornou-se dominante para a sociedade. (SANTOS, 2014, p. 69)

As críticas a essa racionalidade como base da racionalidade econômica também se baseiam, portanto, numa crítica ao processo de modernidade ocidental voltado para a colonização, dominação da natureza e antropocentrismo que constitui as reflexões ambientais na contemporaneidade. “A lógica da mercantilização, que orienta os indivíduos e as relações sociais, hoje tem sido pensada como produtora da crise ecológica na qual o mundo está mergulhado” (Santos, 2014, p 69-70).

É no contexto desta crise ambiental, percepção de limites da natureza, extinção em massa de espécies em decorrência da ação humana, escassez de recursos naturais e alterações no clima, com previsões trágicas a longo prazo, que surgem os debates sobre sustentabilidade e uma revisão desta racionalidade econômica que até então não levava em consideração o meio ambiente. Aqui cabe uma série de debates atuais sobre desenvolvimento sustentável, a partir dos discursos globais e como se dialoga no âmbito local, porém não serão aprofundados nesta dissertação.

A autora aponta essa contradição no caso do crédito de carbono pela empresa CRA, e de como essa política global continua a beneficiar economicamente países ricos que, além de realocarem suas empresas para explorar recursos naturais e mão de obra mais barata em países subdesenvolvidos, ganham selo de sustentabilidade e créditos de carbono por medidas como a da usina de gás no Aurá, que se instala de forma isolada e contraditória em um ambiente insustentável.

Outros autores, como por exemplo, Bellman(2003), consideram que estes mecanismos são formas de continuar a dominação colonial dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, aprofundando a dependência, através de patentes e da biotecnologia, além da exploração do capital humano barato (SANTOS, 2014, P. 89)

Esta perspectiva é apenas pontuada pela autora, mas reflete uma abordagem importante para esta dissertação sobre colonialidade que deve ser aprofundada no decorrer dos próximos capítulos. Esta opção parte de olhar o catador não a partir dos

discursos globais de sustentabilidade que, como foi colocado, dialoga com uma nova economia, mas pelo viés da vivência, conhecimento e construção social em diálogo com o debate de colonização e as contradições em decorrência desta.

Dentro de sua proposta de compreender o conflito entre a racionalidade ambiental e econômica, Santos (2014) conclui, portanto, que as ações no Aurá, mesmo as aparentemente voltadas para o meio ambiente, possuem uma prevalência da racionalidade econômica. Ela observa isso também nas cooperativas de catadores, evidenciando uma perspectiva que já foi e vem sendo descortinada em algumas pesquisas e que representa para esta dissertação um ponto de partida para se pensar além dessa relação econômica.

Ficou constatado que as práticas utilizadas no território do Aurá são direcionadas ao mercado, mesmo as cooperativas e associações de catadores, que de lá tiram seu sustento, e praticam alguns elementos difundidos na economia solidária, como uma divisão igualitária entre todos os associados, mas o objetivo maior é comercializar, procurando melhor oferta no mercado, para obter maior lucratividade, nos moldes tradicionais da lei da oferta e da demanda, que é a base da economia ortodoxa. (SANTOS, 2014, p. 120)

Esta conclusão da autora reflete o intrínseco valor econômico do lixo urbano e da reciclagem e não desvencilha esta questão do contexto social dos catadores nas cooperativas e associações. Acioli (2014) também aponta que os catadores não catam todos os tipos de materiais recicláveis, mas priorizam os que geram maior retorno econômico. Partir desta perspectiva é não negligenciar a necessidade financeira e de sobrevivência destas pessoas e empreendimentos, análise que somente o embate entre racionalidade econômica e ambiental não responde e que deve ser aprofundado pelo viés da colonialidade.

Neste sentido, outra análise importante feita pela autora é sobre a economia solidária enquanto modelo de organização das cooperativas e associações. Ela diferencia a economia solidária, que tem origem dentro de uma realidade europeia de construção política a partir da cooperação, democracia, divisão dos bens e dos lucros, da ideia de uma economia popular, muito mais pertinente ao contexto da América Latina e que se aproxima da economia informal, porém com objetivos coletivos. “A economia popular está relacionada à necessidade de sobrevivência” (Santos, 2014, p. 79), esta

diferenciação contribui para pensar esses empreendimentos a partir do contexto de América Latina e sul global.

A maioria dos catadores que estão vinculados a alguma cooperativa ou associação, não escolheram ser catadores, foi uma questão de necessidade, de sobrevivência, pois o perfil deles é de pessoas sem qualificação, desempregadas e sem as mínimas condições de se inserirem num mercado de trabalho formal (SANTOS, 2014,p.80)

Reconhecer o que levou e leva a este trabalho propõe contextualizar com a dinâmica global do sistema em que vivemos, em que diversos aspectos, principalmente econômico, são priorizados e estão na base do problema e do olhar que se tem sobre ele. Assim, foram apontados os pontos mais relevantes deste trabalho de Santos (2014) sobre a racionalidade econômica para esta dissertação e serve aqui como um ponto de partida para se aprofundar em outras perspectivas sobre o tema.

Outra abordagem dos catadores trazida pela dissertação de Cunha (2007) e na tese de doutorado de Acioli (2014) refere-se ao fenômeno urbano da catação no lixão com foco na questão territorial. Estes trabalhos trazem dados e discussões que ajudam a compreender o perfil sócio-espacial dos catadores do Aurá, que hoje são maioria que compõem as cooperativas e associações.

Cunha (2007) em sua dissertação de mestrado analisa a territorialidade dos catadores, o movimento social destes, as ações do poder público no lixão e propõe uma cartografia da dinâmica do lixo urbano para pensar, a partir desses dados, processos de segregação sócio econômica no espaço urbano. O autor parte de uma contextualização do atual momento do capitalismo para buscar compreender a emergência desta atividade produtiva e suas características migratórias. Segundo ele,

A flexibilização do capital e a modernidade onde este evento se acentua acabam dirigindo não somente as possibilidades de implantação de empreendimentos (fatores locacional, legislativo, logístico, etc), mas também a mobilidade da mão-de-obra pobre, excessiva e contingenciada por este fenômeno. As oportunidades de trabalho, emprego e, até, subemprego, motivam a migração inter-cidades e a mobilidade intra-cidade. (CUNHA, 2007, p. 15)

O autor aponta como a desterritorialização deste grupo de excluídos sociais pela expansão do capital vê numa economia multi-locacional (HAESBAERT, 2004 apud CUNHA, 2007) oportunidades de vida melhor “no emprego direto ou na ocupação indireta que tais empreendimentos, verdadeiramente, proporcionam.” (Cunha,

2007, p.15). Assim, o autor conceitua território como um “jogo de poderes” que reflete dimensões econômicas, sociais e políticas. O território é trabalhado a partir de um viés materialista, em que é determinado pelas relações econômicas, ou pelo menos, pelas de produção e consumo para analisar as relações sócio espaciais dos catadores.

As relações de poder pertinentes à catação de materiais recicláveis e reprodução de indivíduos excluídos socialmente, o caráter locacional da disposição final e as caracterizações urbanas dos bairros mais privilegiados em relação àqueles de menor status configuram uma latente segregação. (CUNHA, 2007, p. 18)

Cunha contextualiza a migração do campo para a cidade como um processo do início do capitalismo, ainda no final do período da Idade Média. Neste período, no entanto a produção de excedentes era assimilável pelo meio ambiente. Com a 2ª Revolução Industrial, em meados do século XIX, “lixo e segregação social ganham dimensões incalculáveis” (Cunha, 2007, p.23) e conseqüentemente os processos de urbanização e industrialização são intensificados na intervenção danosa ao meio ambiente.

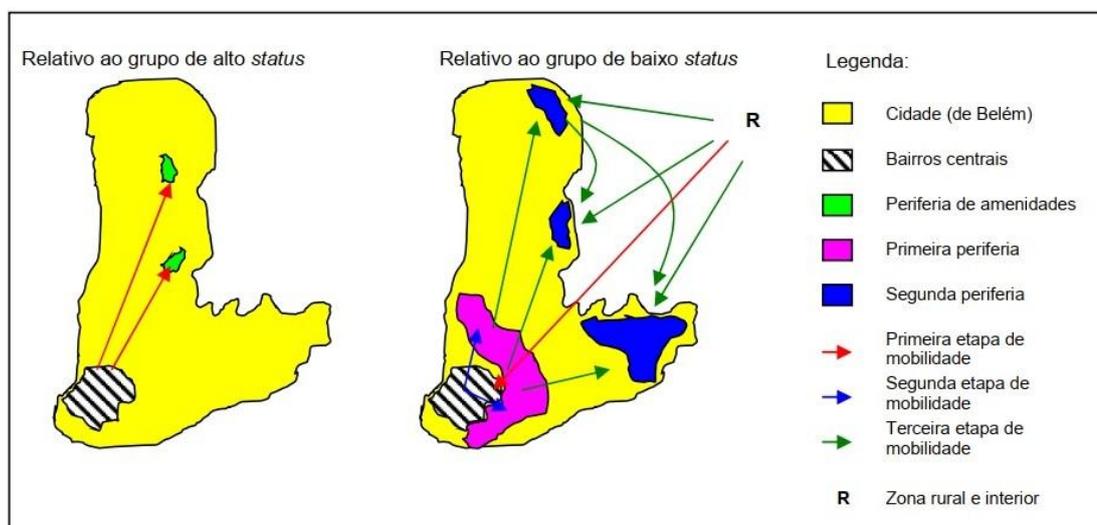
O autor utiliza Harvey (1972) para definir segregação enquanto diferencial de renda e que isto se materializa no espaço urbano a partir da proximidade e acesso às facilidades urbanas como água, esgoto, arborização, serviços, infraestrutura, assim como, por outro lado, a escassez. À revelia da atuação do poder público e das facilidades de infraestrutura, os excluídos socialmente “se espacializam de forma própria, em evidências tipológicas de escassez, no mais amplo sentido da estrutura cidadina.” (Cunha, 2007, p. 27), assim também constroem e atuam no espaço urbano que ocupam. Apesar de Cunha utilizar o termo “excluídos”, nesta dissertação os catadores serão abordados dentro de uma perspectiva de base da cadeia produtiva da reciclagem.

Cunha adapta então uma proposta de análise do autor Roberto Corrêa para explicar como se dá o fenômeno da migração dos catadores em Belém, porém faz várias ressalvas sobre a adaptação proposta. Em sua metodologia, Corrêa (2005) chama de **R** apenas as zonas rurais - “por conta de uma etapa histórica que preferimos não aprofundar” (Cunha, 2007, p. 30) – e Cunha adapta essa referência R para incluir outras áreas urbanizadas que contribuem para a mobilidade evidenciada em Belém, considerando, portanto, R como zona rural e interiores.

Para Corrêa (2005), existem uma periferia imediata e uma periferia longínqua, termos que julgamos inadequados à Belém, pelas pequenas distâncias vencidas, o que levou-nos a adaptá-los e chamá-los, respectivamente, de primeira periferia e segunda periferia. (CUNHA, 2007, p. 30)

Segundo ele, a mobilidade acontece principalmente pelo movimento de saída da área rural e interiores, representada no gráfico pela letra R, que faz movimentos de chegada tanto diretamente para o que denomina de segunda periferia (mais distante do centro urbano), para a primeira periferia (mais próxima do centro) e também movimento de chegada ao centro. Já o movimento de segregação sócio espacial dos que saem do centro é em direção a primeira periferia, e depois para a segunda periferia.

**Ilustração 1: Dinâmica espacial da segregação, em Belém, adaptada de Corrêa (2005) por Cunha (2007).**



O autor propõe mostrar com este gráfico a dinâmica de segregação espacial em Belém, demonstrando onde está o centro e o movimento de mobilidade de saída dos interiores e chegada a cidade. A primeira periferia se refere aos bairros ainda centrais, porém com características de baixa renda, condição identificada anteriormente pelo menor acesso às facilidades urbanas. Nesta categoria estão bairros como a Terra Firme, Guamá, Jurunas, entre outros. Já a segunda periferia trata de bairros bem mais distantes do centro, e que conseqüentemente são caracterizados por menor renda e menos

facilidades urbanas em relação à primeira periferia. É nesta segunda periferia que o autor identifica os bairros de Águas Lindas e do Aurá, que compõem os principais bairros de moradia dos catadores e os bairros mais próximos ao lixão.

Ao propor a relação entre essas áreas e renda, o autor aponta que o bairro do Aurá compõe um evidente retrato de periferização e tem a menor faixa salarial, de até dois salários mínimos (lembrando que em 2007, ano da dissertação do autor, o salário mínimo era de 380 reais, totalizando a média de 760 reais a renda máxima encontrada neste bairro) por mês. Já no bairro de Águas Lindas o autor identifica uma variação maior de renda.

Esta periferia mais afastada (segunda periferia) também possui grande representação na faixa seguinte (de 2 a 3 SM's), onde merece destaque o bairro de Águas Lindas, que se configura na área habitada de maior facilidade de acesso ao Lixão do Aurá. (CUNHA, 2007, p.37)

Apesar dos dados desatualizados, esta pesquisa traz uma associação relevante para se pensar segregação espacial e onde os catadores se localizam neste cenário. Pelo que foi coletado para esta dissertação até agora a maioria dos catadores conseguiu, com o dinheiro da catação no Aurá, comprar uma casa nas redondezas do antigo lixão, principalmente na Estrada Santana do Aurá e em Águas Lindas. Com o fechamento do Aurá e a organização em cooperativas e associações em galpões em outras áreas, também periféricas, os catadores mudaram sua rotina de transporte para casa, que ficou mais distante.

É o caso da Dona Raimunda, entrevistada para essa dissertação, catadora da Associação Filhos do Sol, localizada no bairro da Campina, área central de Belém. Ela comprou casa na Estrada Santana do Aurá e hoje, para manter a rotina de trabalho na associação e também com o objetivo de manter vigilância na sede, ela dorme na associação de segunda a sábado, indo para casa apenas aos sábados no final da tarde, para voltar já na segunda, segundo ela “Tem vezes que, quando tem evento, eu passo aqui duas semanas, aí depois que vou embora lá pra casa. Só dia de sábado, e a tarde ainda que nós vamos pra casa. Aí passa o sábado a noite e o domingo, segunda já volta de novo pra cá.” (catadora Raimunda, 55 anos)

Dona Raimunda também é um exemplo do caso ilustrado por Cunha no gráfico de dinâmica de migração. Ela é de IPIXUNA, distrito da cidade de São Luiz Gonzaga do Maranhão, no Maranhão, onde os pais tinham uma pequena roça em que ela trabalhava desde os 5 anos quebrando coco babaçu e ajudando na roça junto com os pais e irmãos. Com a morte dos pais, quando ela tinha 10 anos, conta que uma senhora ofereceu a ela trabalho como empregada doméstica em Marabá. Depois disso, Dona Raimunda diz que chegou a trabalhar como empregada doméstica também no Rio de Janeiro e em outros interiores. Veio para Belém também para este trabalho, e assim ficou até sair do emprego e se mudou para Santana do Aurá, na época estava grávida da primeira filha, aos 21 anos. Por morar perto do lixão, passou a catar.

Assim, ela compõe o cenário de migração proposto por Cunha, veio de uma zona rural, fora do estado, ao chegar em Belém migrou para o centro, enquanto empregada doméstica e depois para a segunda periferia, em Santana do Aurá, onde teve acesso ao trabalho da catação no lixão do Aurá.

Assim, o lixo fixa novos grupos na condição de catadores de materiais recicláveis. A catação de lixo – temos visto – não é motivação imperativa desta mobilidade, mas sim resultado de uma frustração laboral, na condição de oportunidade derradeira, que acaba por se refletir no espaço urbano, com uma dinâmica própria. (CUNHA, 2007, p.78)

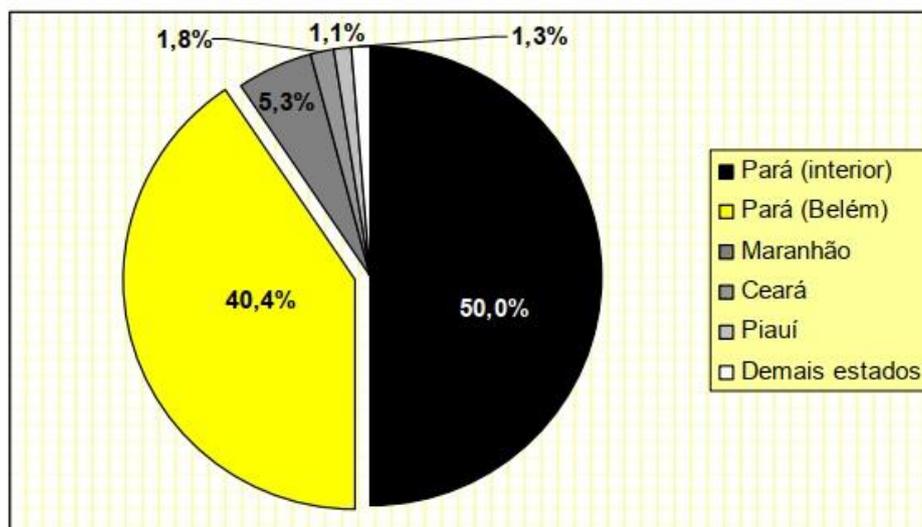
Corroborando com o gráfico e o depoimento de dona Raimunda, Cunha (2007) faz uma pesquisa quantitativa para saber a procedência dos catadores do então Aurá e comprova que a maioria dos catadores do lixão não eram nativos de Belém, com mais de 50% vindos do interior do Estado, além dos oriundos principalmente dos estados do Maranhão, Ceará e Piauí.

Em 2001, dos 450 (quatrocentos e cinquenta) catadores sobre o lixão de Belém, 182 (cento e oitenta e dois) são nativos da capital paraense, o equivalente a 40,44%. Os quase 60% restantes dividem-se entre o interior do estado e outras 9 (nove) unidades federativas. (CUNHA, 2007, p. 80)

Apesar de os dados estarem desatualizados, trago para essa descrição geral dos catadores como forma também de validar o que foi apurado na época, pois demonstra um processo de migração analisado na dissertação do autor que corresponde a uma característica fundamental do espaço urbano pela migração rural e interiorana e dá uma

noção muito importante para comparar e entender as mudanças com o fim do lixão e a organização em cooperativas e associações, que é o foco deste trabalho.

**Ilustração 2: Gráfico de origem dos catadores sobre o lixão de Belém (Belém, 2001)**



A partir da pesquisa ele observa que a dinâmica da catação no Aurá obedece a uma reprodução da atividade, onde cada catador chama outras pessoas e assim o crescimento demográfico nos lixões cresce em uma proporção muito alta. Segundo a quantificação elaborada, Cunha chegou a uma estimativa de que, dos 84 catadores entrevistados para esta amostra, quase dois terços disseram ter chamado outras pessoas para a atividade, sendo uma média de 7 pessoas “convidadas” por cada catador.

Isto qualifica uma reprodução na proporção de 7/1 (sete para um), que potencializa, exponencialmente, a carga demográfica, de tal maneira que, mantida a relação de grandeza, teríamos, em um segundo momento (pessoas chamadas, chamando outras pessoas) mais de 2.200 (duas mil e duzentas) pessoas sobre o lixão e seu entorno, somente na nossa amostra. (CUNHA, 2007, p. 96)

Segundo o autor esse é um dos dados mais interessantes que conseguiu coletar e que gerou para a pesquisa uma série de outras interrogações sobre a real dimensão demográfica, inconstante no Aurá, visto que havia diversos horários e modalidades de catação, além de mensurar, ainda que de forma especulativa, a desigualdade e segregação no espaço urbano de Belém.

Essa proporção sugere o enorme contingente de pessoas que veem na catação sua derradeira oportunidade de trabalho ou ainda uma complementação de renda

fundamental e pode ser compreendido quando o autor questiona o que leva essas pessoas a catação, em que as principais respostas coletadas foram: a fome, a falta de emprego ou atividade, a precisão e a oportunidade de renda, entre outras. O objetivo de trazer estes últimos dados para este trabalho é porque, apesar de o lixão do Aurá não ser o foco, é impossível não partir desta perspectiva para abordar a temática dos catadores de materiais recicláveis já que estas são as condições iniciais dos que hoje compõem as cooperativas e associações.

Por último, um aspecto muito importante observado por Cunha diz respeito a espacialização também dos materiais recicláveis na cidade, partindo da mesma lógica da segregação espacial que tem por base a desigualdade de renda. Assim, o autor observa que a maior parte do material reciclável que é potencialmente descartado com facilidade, principalmente embalagens, papéis, plásticos, é muito mais “rico” nos centros das cidades do que nas áreas periféricas.

Isso reforça a importância da atuação do poder público para planejar e consolidar uma coleta seletiva eficiente que permita o acesso dos catadores, a partir da coleta seletiva, ao que autor chama de “lixo rico”. “Estes dados corroboram – dentro da limitação proposta – a ideia de que o lixo do rico é, também, um lixo rico, no seu aspecto econômico, frente às possibilidades de reciclagem.” (Cunha, 2007, p.59). As cooperativas e associações se localizam em bairros periféricos e muitas estabelecem o roteiro de coleta porta-a-porta nos bairros de entorno. Arrisco dizer que a coleta seletiva hoje em Belém acontece principalmente nos bairros periféricos.

Outro trabalho que também propõe uma análise e discussão territorial sobre os catadores é a tese de doutorado de Acioli (2014) pelo NAEA, com o tema “Catadores e a indústria da reciclagem em Belém, Amazônia”. Esta tese foi escrita sete anos depois da dissertação de Cunha e já sinaliza diversas mudanças no cenário dos catadores e do lixo urbano em Belém.

Acioli já analisa, por exemplo, a saída dos catadores do Aurá para a reterritorialização em associações e cooperativas na cidade, inclusive com a perspectiva do então fechamento do Aurá, previsto para 2014. Assim, este trabalho vem acrescentar informações importantes para essa contextualização dos catadores proposta neste

primeiro capítulo e faz uma ponte entre os catadores do Aurá e os organizados em cooperativas e associações, estabelecendo aqui uma mudança gradual de perspectiva sobre o assunto.

Acioli esboça essa mudança no seguinte trecho:

De um lado, os catadores, de estigmatizados e confundidos com o próprio objeto e trabalho – “lixo”, considerados como “resíduo da sociedade”, estes trabalhadores passaram, em um determinado momento, de “excluídos” do sistema a protagonistas da reciclagem. (ACIOLI, 2014, p. 42)

A autora faz uma pesquisa sobre os catadores e o lixo urbano em Belém, desde a situação do Aurá, do lixo urbano, a dinâmica econômica do material reciclável e do que chamou de “território-lixão”, ou seja, a ocupação do espaço pela perspectiva dos atores sociais que lá atuam e a socialização então construída neste espaço. Também faz uma análise do contexto de fechamento do Aurá e os conflitos envolvendo o poder público, a economia do lixo, os catadores e outros atores sociais. Por fim, analisou a formação local das organização de cooperativas e associações, as redes estaduais e o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis- MNCR, as perspectivas, conflitos e protagonismo desse movimento social na ocupação da cidade a partir da coleta seletiva.

A autora também teve o privilégio de no mesmo período ser convidada a trabalhar no projeto Cataforte, a partir também de sua experiência profissional na área de pesquisa sobre reciclagem para empresas estrangeiras. Com o trabalho no projeto, a autora se aproximou então dos catadores de materiais recicláveis, atores sociais que até então não tinha tido contato. Isso abriu novos horizontes de pesquisa e terminou sendo o principal estímulo para a tese.

Assim, o trabalho traz um material rico de informações razoavelmente atuais, de 2014, com dados e reflexões teóricas e empíricas importantes também para esta dissertação. Como o objetivo neste primeiro capítulo é de revisão bibliográfica para construção de uma descrição geral sobre os catadores, será utilizado principalmente partes da tese de Acioli que se refiram aos catadores e que sirvam de ponto de partida para, a partir do segundo capítulo, explorar perspectivas, como a abordagem descolonial e as narrativas das catadoras, que ainda não tenham sido aprofundadas.

A autora inicia o debate pontuando que “a história dos catadores de materiais recicláveis em ruas se confunde com a existência dos moradores de rua nas cidades, assim como a periodização da entrada dos catadores de rua nos lixões para trabalharem é concomitante ao aparecimento dos lixões no Brasil.” (Acioli, 2014, p.152) e assim situa que o que é o catador de materiais recicláveis hoje, presidente de cooperativas e associações, em um passado não muito distante já foi visto como um “mendigo” ou “morador de rua” por estar atuando nas ruas da cidade, antes do aparecimento dos lixões, onde realizava a função de coletar comida, utensílios e materiais recicláveis.

Muitos catadores do Aurá têm memórias desta época em que a principal função das pessoas que catavam nas ruas ou locais específicos era conseguir principalmente comida, mas também utensílios, roupas etc. e alguns coletavam o ferro para vender no sucateiro. Dona Socorro, presidente da Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém, ACCSB, em entrevista concedida para esta dissertação em 2018, conta um pouco da sua história de vida em que desde criança acompanhava a mãe em lixões atrás de ferro e comida, segundo ela:

Eu comecei [como catadora] nos correios em 81 quando eu ia com a minha mãe. Meu pai era mestre de obras quando se desempregou foi parar lá e a minha mãe mesmo cata desde o tempo em que tinha um lixão no Tapanã, outro onde agora é o shopping Grão Pará, ela catava osso, lata, e vendia pra ajudar o meu pai. Aí quando ele se desempregou foi que começou a ir pro lixão, aí já era lá pro Aurá. Eu comecei a ir com minha mãe desde nova, a gente [ela e os irmãos] chegava do colégio, largava as nossas coisas e vinha pra cá onde tem essa área da Marinha, os carros da Marinha que traziam comida que sobrava dos quartéis, aí a gente levava lata. Ela já deixava as latas todas lavadinhas, escorrendo, quando a gente chegava do colégio a gente almoçava, pegava as latas e vínhamos pra cá com ela, próximo ao [onde hoje é] Shopping Grão Pará. Eu tinha uns 8 anos e vinha com os meus irmãos. (catadora Dona Socorro, 56 anos).

Aqui a autora aponta um movimento sutil, mas muito importante para entendermos a territorialização que foi pontuada por Cunha e que Acioli também desenvolve: o fato de que o aparecimento dos lixões passou a concentrar certa parcela da população que automaticamente saiu de vista das ruas da cidade e se isolou, segregou, no lugar específico e pressuposto de estarem, nos lixões localizados em áreas periféricas e longe dos olhos, ouvidos e olfatos do centro da cidade. É interessante como

este fenômeno urbano dialoga com diversas políticas de higienização e gentrificação que também compõe o discurso de modernidade e civilização.

No momento em que os catadores entraram nos lixões, eles também foram saindo da rua da cidade. Esse movimento nunca foi absoluto, mas perceptível, começou lentamente na década de 70, com o crescimento dos lixões a partir da emergência e ampliação das primeiras metrópoles brasileiras e consequentemente do aumento tanto do consumo de bens descartáveis quanto da geração dos resíduos sólidos domiciliares. (ACIOLI, 2014, p.148)

Assim a autora investigou como um território como o lixão, afastado e cercado pela segurança do poder público e empresarial, foi ressignificado, vivido, apropriado e transformado com a atuação da população de catadores que não somente catavam, mas também moravam no próprio lixão, constituíram família, levaram familiares e amigos para o trabalho muitas vezes coletivo, e de onde tiravam o principal sustento para suas vidas e da casa. Acioli conceitua o que chamou de “território-lixão”, entendido pela autora como a base do trabalho, adaptado do conceito de Milton Santos de “território usado” enquanto um local construído socialmente por determinada população que ali atua e se socializa:

o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 96)

Esta percepção é muito rica por humanizar um processo em que a primeira imagem é em geral de degradação, é olhar para o lixão enquanto um território em que outras histórias e vivências além da “necessidade” aparecem, como narrativas de solidariedade, construções afetivas, sentimentos de autonomia financeira e laboral e a sobrevivência, o local de onde tiram a comida, utensílios e sustento da família.

a exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2004, p. 92 apud ACIOLI, 2014, p. 153).

A reflexão sobre essa construção de território não impede a crítica às condições de desumanidade e trabalho no local, mas propõe olhar pela perspectiva de quem atua e está vivendo a situação, ou seja, de quem tem no Aurá um importante pilar da sua

história de vida, afetiva, empírica, epistêmica, simbólica, cultural, etc. Relatos coletados na época por Acioli também retratam a socialização pela fala de catadores, a partir dos laços criados e da subsistência:

Lá [Lixão do Aurá] a gente faz amigos, trabalha, ri, se diverte bastante. Toda a minha família cata, não tem jeito, esse acaba sendo nosso lazer. Tem uns que são mais sérios, não gostam de conversar. Lá tem gente que se conheceu, namorou e já tem até filho grande (Catadora R. F., 38 anos, há 18 no Aurá, grifo nosso apud ACIOLI, 2014, p. 154).

A minha família é evangélica e todos trabalham no lixão. Quando a gente tem algum amigo evangélico que está passando por necessidade, a gente leva para o lixão pra trabalhar com a gente. Ninguém entra sozinho lá (Catadora M. A., 37 anos, há 12 no Aurá apud ACIOLI, 2014, p. 154).

O Aurá pode ser visto então como um espaço de pertencimento? Milton Santos aponta como o sentimento de pertencimento está associado ao local de retirada de recursos e sustento e, portanto, onde se estabelecem as relações sociais em um determinado território. Essa característica de “fonte de recursos” é apontada pelo relato de uma catadora “Quando vou pro lixão, falo pros amigos, que já vou pro ‘Shop Chem’” (Catador J. S., 42 anos, há 13 no Aurá apud Acioli, 2014, p.155), em que o Shop Chem é um apelido para Shopping Center, o local de mercadorias, consumo e produtos que muitos catadores encontram no lixão.

Essa é a perspectiva de muitos que catam não para a reciclagem, mas para coletar roupas, acessórios, utensílios domésticos, sapatos, comida, etc. Essa é uma observação para não limitar a ideia de catador à reciclagem. Porém cabe a ressalva de que a ideia de pertencimento aqui não é em relação ao lixão, mas decorrente da possibilidade de sociabilidade e sustento que proporciona em um contexto de escassez. O que não deve ser confundido com o pertencimento enquanto local pressuposto ou digno para viver e sobreviver.

Além disso, “por meio do Censo dos Catadores do Aurá, em que dos 1.772 entrevistados, 1.681 catadores responderam que trabalham com alguém de sua própria família” (Acioli, 2014, p. 154), ou seja, o trabalho no Aurá obedecia a uma lógica de trabalho principalmente familiar e geracional, assim como de grupos, amigos e vizinhos, para entrar na dinâmica do lixão.

O trabalho de catação no Aurá é essencialmente marcado pela gestão familiar; onde o pai, a mãe, o irmão mais velho ou um tio, assume a gestão

do trabalho de todos. Ele compra, vende, distribui os dividendos e toma as decisões de quando e para quem vender. Assim, o trabalho de cooperativa tem pouca aceitação (BELÉM..., 2013).

Essa é uma característica que difere da dinâmica das cooperativas e associações, que possui diretrizes de gestão a serem seguidas, com institucionalidade, valores ligados à economia solidária que exigem, além da convivência coletiva, a aproximação com um processo político de debates, discurso, estratégias e disputas. Outro aspecto neste sentido que representa uma diferença de perspectiva diz respeito ao ritmo de trabalho, pois muitos catadores do Aurá faziam o seu próprio horário e viam isso como uma “autonomia” em relação ao trabalho formal.

Acioli interpreta o território-lixão de duas formas: a regularidade com que os catadores frequentam o lixão enquanto local de trabalho, e em relação à geração de renda principal e secundária dos catadores. Isso por que há uma diversidade de características desse trabalho dependendo do horário frequentado e objetivo de renda. Como o Aurá não funciona mais, esses dados servem para complementar uma compreensão da dinâmica que existia em contraste com a atual organização em cooperativas e associações. Isto significa que alguns tinham no Aurá a principal fonte de renda e o frequentavam todo dia. Outros catavam no Aurá como um “bico” para acrescentar a renda de outro trabalho, trabalhando no lixão à noite ou finais de semana. Acioli deixa claro que essa dinâmica é difícil de quantificar de forma exata, pois é bastante fluida.

**Tabela 1: Exemplo de jornadas de trabalho dos catadores no lixão do Aurá, 2013**

Turnos	Períodos de trabalho no Aurá		Jornada de trabalho (hora)	Trabalho na triagem (hora)
	De	Até		
Manhã	De 5h	Até 14h	9h	5h
Tarde	De 12h	Até 16h ou 18h	4h a 6h	3h
Noite 1	De 16h	Até 18h ou 20h	2h a 4h	3h
Noite 2	De 21h	Até 6h do dia	9h	5h
		seguinte		

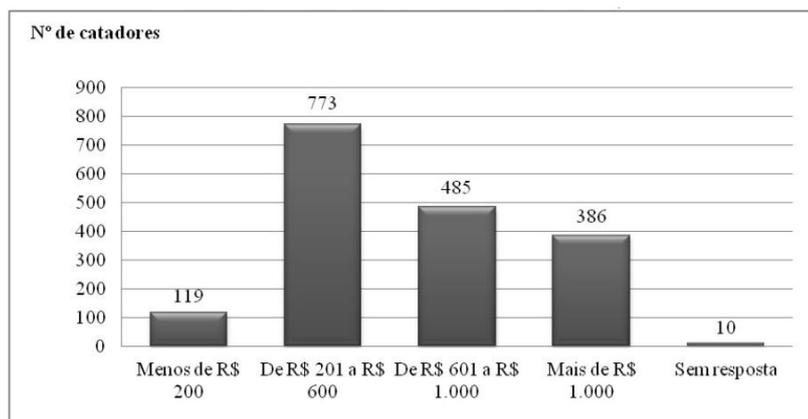
Fonte: Pesquisa de campo, 2012, 2013. Elaboração: Acioli, 2013.

Em cada turno a autora também traça um perfil social dos catadores. Por exemplo, a noite era o horário mais perigoso, com diversos relatos de acidentes, mortes, brigas e venda e consumo de drogas, porém com o diferencial de ser considerado o

melhor lixo do dia. Assim, atrai catadores de diversas idades, mas se destaca a quantidade de jovens catadores.

O mais importante para essa dissertação é a percepção de que no lixão os catadores faziam seu horário e muitos chegavam a trabalhar longas jornadas, fazendo turnos de manhã e a noite, por exemplo, com mais de 14h de trabalho. Ou ainda os que tinham no trabalho de catação uma complementação importante da renda. Outra perspectiva importante levantada pela autora é sobre a renda média dos catadores no Aurá e as observações que faz sobre esse tema. Acioli traça o seguinte gráfico com os dados coletados sobre renda:

**Gráfico 1: Faixa de renda mensal dos catadores do Aurá, 2013**



Fonte: Belém..., 2013. Organização: Acioli, 2013.

No entanto, a autora faz algumas considerações sobre este gráfico, pois percebe que é muito difícil fazer menos de 200 reais por mês na catação e se surpreende com tantos catadores que responderam essa média. Assim ela pontua que muitos catadores não sabem realmente dizer quanto ganham, porque muitas vezes o dinheiro não vem somente da catação, mas também de alguma outra função dentro do lixão, como vendedores de lanche, carroceiros, costureiras de bags, o trabalho de alguém da família que tria no quintal de casa. Outra hipótese da autora para esse dado é a desconfiança dos catadores em revelar essa renda para a pesquisa, visto que muitos não querem ultrapassar o teto que permite o acesso a programas sociais como o Bolsa Família.

essa “Indústria de Catação Aurá” gera renda para mais de 1800 pessoas diretamente, movimentada cerca de 1,5 milhões de reais e mais de 2 mil toneladas de recicláveis mensalmente. E isso representaria o fluxo de 40

caminhões diariamente circulando no Aurá para transportar esse volume de recicláveis, aumentando ainda mais a quantidade de pessoas envolvidas nessa atividade. (ACIOLI, 2014, p. 166)

Além dos catadores, diversos outros trabalhos informais se acumulavam no lixão, como os carroceiros, os merendeiros, os carregadores de caminhões, os motoristas das empresas, entre outros, assim demonstra a complexidade dessa dinâmica e economia. Com a obrigatoriedade do fechamento de todos os lixões a céu aberto pela Lei 12.305, de 2010, a autora faz diversos questionamentos sobre a real possibilidade de agregar esses trabalhadores de forma digna. No caso dos catadores, a principal alternativa proposta pela lei é de fortalecimento de organizações como associações e cooperativas para que possam trabalhar oficialmente na coleta seletiva na cidade.

No entanto, a quantidade absoluta de catadores que ainda sobrevive dos lixões no Brasil não vai ser absorvida tão facilmente por esse projeto, mesmo que ele seja realizado em todos os municípios brasileiros, todos os catadores que serão desterritorializados dos lixões dificilmente terão a mesma inserção, muitos irão voltar para as ruas e retomar ao trabalho de coleta da mesma forma que antes, caminhando pelas ruas e bairros das cidades catando. Será que eles serão pulverizados nas ruas ou inseridos em sub-trabalhos? (ACIOLI, 2014, p. 191)

O Aurá fechou em 2015 sob muitos protestos e um processo autoritário e agressivo de inserção dos catadores em um edital de coleta seletiva para empresas privadas lançado pela prefeitura e impedido pelo Ministério Público. A coleta seletiva se apresenta assim como a reintrodução da figura do catador nas ruas da cidade, no diálogo direto com a população a partir da necessidade de recolhimento de material reciclável porta-a-porta, e também como política pública para inserção do catador a partir da reciclagem.

Este primeiro questionamento proposto pela pesquisa busca compreender como a reterritorialização dos catadores em cooperativas e associações fora do lixão vem configurando um conflito e a luta por reconhecimento, visto que esses catadores agem coletivamente, se fortalecem enquanto categoria e movimento social para poder reivindicar um espaço na cidade e na política pública de coleta seletiva.

### **Discursos sobre o catador**

Pensar hoje nos catadores enquanto um movimento organizado em escala local, estadual e nacional por meio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais

Recicláveis – MNCR, além da Rede Latino Americana e do Caribe de Recicladores – RedLacre, enquanto protagonistas da reciclagem no Brasil, propulsores da Lei 12.305, de 2010, que prioriza e incentiva a participação de cooperativas e associações na coleta seletiva municipal, e organizadores de eventos como a Expocatadores, que todo ano reúne uma série de grandes empresas, bancos, políticos, patrocinadores, institutos e organizações ambientais para debater com os catadores de todo Brasil e da América Latina sobre a reciclagem, é se questionar como isso aconteceu.

Uma abordagem possível é entender esse percurso por duas perspectivas: uma esfera micro e outra macro. A esfera micro é o processo local de organização dos catadores por necessidade de parceria e cooperação mútua para sobrevivência, que acontece de forma gradual e já se percebe desde a realidade do lixão até alcançar uma proporção maior nas primeiras formações com objetivos políticos de inserção e acesso a políticas públicas.

Já a escala macro é perceber que concomitante com a esfera micro, há “condições de aparecimento” (Foucault) em escala global que permitem ou facilitam que determinado discurso ou setor ganhe uma visibilidade pela rede simbólica com que dialoga naquele momento. Aqui é bem clara a relação entre o crescimento da visibilidade dos catadores e os discursos globais sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e ambientalismo. Inclusive, as datas de elaboração de políticas globais para os resíduos sólidos como a Agenda 21 e o Protocolo de Kyoto são de 1992, e na escala local a considerada a primeira organização de catadoras foi também no início dos anos 90, assim como em 1996 houve as primeiras políticas públicas para incentivo e formalização das cooperativas no Aurá, baseada na Agenda 21.

O objetivo nesta dissertação não é aprofundar este debate global sobre desenvolvimento sustentável, que já é uma abordagem que vem sendo trabalhada em diversas pesquisas. É importante destacar, porém, que é justamente o fato de haver muitas críticas a este conceito que permite que se aponte considerações importantes para compreender também a organização local dos catadores.

Assim, a principal crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade está ligada a sua adaptação e apropriação pela economia capitalista

global. Ou, para usar uma perspectiva abordada no início deste capítulo, a sustentabilidade, enquanto discurso global, está relacionada a uma racionalidade econômica, que não questiona o status quo no qual a crise ambiental e social são latentes consequências.

Para abordar brevemente o assunto, pode-se dizer que essas críticas se baseiam primeiramente pela perspectiva monocultural de "global", visto que o que guia as discussões e medidas propostas pelos tratados ainda é a noção de desenvolvimento dos países que dominam. Esta globalização pode ser entendida de duas formas: por um lado a tentativa de socializar os custos ambientais "globalmente", em que todos os países se responsabilizam por medidas de redução dos danos ambientais sem levar em consideração, por exemplo, as históricas desigualdades entre Norte e Sul, no que se refere à utilização de recursos naturais.

Como muitos pesquisadores já mostraram, o chamado "esverdeamento" da indústria em países desenvolvidos tem sido atingido às custas do meio ambiente dos países do Terceiro mundo, através da realocação das indústrias poluentes em países em desenvolvimento (ESCOBAR, 1995; GOLDSMITH, 1997; REDCLIFT, 1987).

Em ambos os tratados, Agenda 21 e Kyoto, fica clara a intenção de incorporar os problemas ambientais a uma lógica de mercado, gerando valores de troca para os problemas ambientais e criando novas indústrias para se responsabilizarem por isso. É o caso, por exemplo, dos créditos de carbono, como foi apontado por Santos (2014), uma forma tanto de manter a exploração das indústrias e ainda gerar um novo mercado: o de venda de crédito de carbono.

Eventos como o acordo internacional da Rio-92 e o de Kyoto tem mostrado que as considerações ambientais não ganham prioridade quando elas se chocam contra os interesses políticos, estratégicos ou nacionais. Em outras palavras, quando há um confronto entre interesses econômicos e os ambientais, os primeiros são preferidos. (BANERJEE, 2007, p.89-90)

Em segundo lugar, a globalização midiática da ideia de sustentabilidade, que dialoga com a atual fase do capitalismo em que a informação torna-se um dos pilares mais importantes para manutenção de práticas contraditórias no que se refere ao meio ambiente. Assim, "sustentabilidade" tornou-se a principal marca simbólica de credibilidade no mercado. Em consequência desta visibilidade foi criado o marketing

ambiental, ou seja, estratégias de incorporar de alguma forma o símbolo "verde" aos seus produtos para que estejam em nível de concorrência.

A reciclagem também se encaixa neste processo descrito acima, pois é a prioridade do discurso sobre resíduos sólidos nesta perspectiva dos debates globais e permite a criação e ampliação de uma nova cadeia produtiva que vai desde a criação de embalagens até a reciclagem, subjugando, assim, os problemas ambientais a uma nova estratégia corporativista.

Porém, além dessa dinâmica industrial e econômica da reciclagem, ela se tornou para os catadores a principal forma de inclusão socioproductiva e de melhora de vida. A pressão do discurso global para sustentabilidade dos resíduos sólidos encontra na realidade dos países denominados “subdesenvolvidos” pessoas que historicamente ocupam o lugar de retirar esses resíduos do meio ambiente e fazer a destinação para a reciclagem, enquanto um trabalho de sobrevivência. É importante ressaltar que esta é uma realidade desses países, presente provavelmente em todo o “sul global”.

Os catadores ocupam então, na perspectiva das indústrias de reciclagem destes países, a base da cadeia produtiva da reciclagem, ou seja, garantem a viabilidade econômica destas indústrias sem ganhar nada além da venda a preços baixíssimos, geralmente para um intermediário que então comercializa com as indústrias, por isso. Aliando essa função com os discursos de sustentabilidade, temos então os catadores enquanto agentes ambientais, pois inevitavelmente contribuem para a redução de resíduos sólidos em locais inapropriados, como as ruas e lixões, além de exercerem a limpeza urbana na cidade sem ganharem nada do poder público por esse trabalho. É inegável, portanto, a exploração da mão-de-obra dessas pessoas nesta dinâmica.

Sem políticas públicas para coleta seletiva e com a crescente expansão das indústrias de reciclagem, os catadores passaram a ter um papel fundamental nesta dinâmica que se tornou então uma função do catador. A contradição é que o catador em si coleta resíduos como trabalho derradeiro para sobrevivência dentro de um contexto de exclusão social, exploração, vulnerabilidade social e financeira e a fome como motivação principal de acordo com Cunha (2007), e não tem ou não precisa ter, a

princípio, nenhum desses valores simbólicos ligados a reciclagem, como a sustentabilidade, ambientalismo, conscientização ambiental, ou de salvar a natureza.

No entanto, a reciclagem e o discurso ambiental, observe-se que este tem mais apelo que a realidade social de exclusão do catador neste contexto, tornaram-se a principal possibilidade de saída das condições do lixão e perspectiva de melhora de vida para os catadores e catadoras que veem essa oportunidade. Esta é uma perspectiva que parte dos discursos globais de desenvolvimento sustentável para analisar a organização dos catadores em cooperativas e associações. Percebe-se, portanto, que para prosseguir com as reivindicações por inclusão e justiça social, os catadores abarcam os discursos de sustentabilidade mesmo que a realidade cotidiana seja ainda de exploração e sobrevivência.

Esta é a contradição de perspectivas percebida por Acioli em sua tese de doutorado e que a leva a analisar como se constrói o discurso do que é ser catador apesar de muitos não se identificarem com esses valores assumidos, por motivos já apontados. Assim a autora analisa esse discurso no item “5.1.2 Reciclagem: função central do catador?”, em que ao questionar se a reciclagem é a função principal do catador propõe refletir sobre a distância entre a imagem e o cotidiano do catador.

Acioli parte do trabalho do autor Daniel Rech (2008) sobre as funções do catador, baseado em quatro funções principais que o autor identifica na sua pesquisa sobre catadores no Brasil para entender a lógica de valorização simbólica, já que estruturalmente muitas vezes não corresponde a realidade. São estas: função econômica, ambiental, social e política.

Segundo o autor, no discurso dos catadores a afirmação da função econômica se baseia no fato de serem eles a base da cadeia produtiva da reciclagem, “assumindo importância inicial e real no desenvolvimento dessa indústria” (Acioli, 2014, p. 199). Os catadores estão não somente dentro de cooperativas e associações, mas também nas ruas, lixões, na coleta seletiva porta-a-porta e institucional, no transporte, na triagem (separação) por tipo de material, e portanto, além da venda, exercem funções em diversas áreas, constituindo um trabalho não remunerado.

A função ambiental no discurso do catador está relacionada diretamente ao trabalho que fazem na cidade com a coleta de resíduos, intervindo diretamente na limpeza pública. Além disso, o autor aponta que, com a coleta porta-a-porta, eles fazem o trabalho de agentes ambientais, explicando sobre separação, coleta seletiva, reciclagem, e princípios de sustentabilidade.

A função social está ligada à “solidariedade de classe e do cuidado com as demais comunidades de não-catadores e com o bem-estar da cidade como um todo” (Acioli, 2014, p.200) e também ligada a luta por direitos em diversos espaços públicos.

Por fim, a função política é associada pelo autor ao envolvimento com questões coletivas e posicionamento político que pautam com o poder público e privado, como

não à incineração; a defesa de programas e projetos que valorizem o trabalho dos catadores; a criação de incentivos fiscais à atividade da reciclagem em prol de suas associações e cooperativas; além de incentivarem diretamente uma série de políticas públicas que privilegiam o trabalho do catador no Brasil. (ACIOLI, 2014, p. 200)

Cada uma dessas funções é atribuída ao catador enquanto discurso, identificadas pelo autor como as principais esferas de afirmação da categoria. Esta perspectiva trazida por Acioli e Rech é muito relevante para este trabalho na área da comunicação, por tratar do discurso e imagem do catador. Entender como a reterritorialização destes catadores na cidade compõe uma proposta discursiva não somente em relação a eles, mas também a sociedade, pautando mudanças culturais, políticas públicas e investimentos privados.

Essas funções representam em nossa compreensão a lógica do discurso construída em torno do catador e territorializada na cidade, por meio de um conjunto de ideias e ações, que formam um jogo de estratégias executadas para consolidar o discurso e ocupar o espaço, não somente físico, mas principalmente político e econômico. (ACIOLI, 2014, p. 200)

É o que a autora chama de catador-ator e que mais adiante vai ser confrontado algumas dessas funções enquanto discurso com a prática do trabalho cotidiano dos catadores. É o caso de como no cotidiano da catação os catadores priorizam e sempre priorizaram os materiais recicláveis de maior valor econômico. A catação, de rua, nos lixões e ainda nas associações e cooperativas, não tem como objetivo “limpar a cidade” ou “salvar o planeta” ou “proteger a natureza”, apesar de consequentemente fazer isso, mas tem como principal objetivo aumentar o lucro da coleta.

Assim, a função ambiental referida por Rech (2008) e analisada por nós no começo deste capítulo nos parece contraditória ao que vimos no capítulo 3, pois se de um lado o discurso ideológico do MNCR é de reforçar a autoestima e a valorização dos catadores por meio da reafirmação deles enquanto agentes ambientais, na prática eles são “agentes ambientais”, mas não se reconhecem como tal, pois o sentido da busca pelo lucro suplanta outras percepções (ACIOLI, 2014, p.240)

Perceber essa dinâmica discursiva na organização dos catadores propõe dialogar com uma análise pelo viés da comunicação, compreender como o discurso do catador dialoga com o da reciclagem e este com o da sustentabilidade, criando uma rede simbólica de valores sociais construídos na contemporaneidade e que são apropriados por diferentes áreas.

### **Organização dos catadores no Pará**

O que se percebe até aqui é que no lixão do Aurá já havia uma dinâmica própria, que podemos atribuir a uma forma de organização que surgiu de maneira espontânea e, para quem está de fora, aparentemente caótica, mas que de acordo com os relatos dos catadores percebe-se que eles compreendiam entre si as regras do local, a dinâmica entre os atores envolvidos, a relação de determinados grupos de catadores com sucateiros e outros compradores, tinham uma divisão dos horários, organização em grupo para catação, separação e venda de material, além do fato de a maioria dos catadores chegaram lá por convite de outros, formando grupos familiares, de vizinhos, amigos, da igreja etc.

O processo de organização até chegar às cooperativas e associações, portanto, foi gradual, cotidiano e até mesmo por necessidade. Acioli aponta como essas primeiras organizações em grupos de conhecidos começam pela demanda de parceria para facilitar o trabalho, principalmente no transporte de materiais, que exige mais esforço físico e geralmente é feito por tração animal ou humana. Porém, há um momento considerado emblemático na memória dos catadores do Aurá, que remonta ao início dos anos 90 quando

a catadora Maria Trindade, ainda adolescente e recém-mãe, reuniu um grupo de vinte e cinco “mães solteiras” que viviam da catação no lixão do Aurá, mas não queriam continuar no lixão, para começarem a catar em algumas ruas de Belém, perto de pontos comerciais, elas se identificavam como “Catadoras do Aurá” (ACIOLI, 2014, p. 216)

Ainda nos anos 90, em Belém, um importante incentivo para esse início de movimento foi a ascensão do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de Belém, representado por Edmilson Rodrigues, que ficou na gestão de 1996 a 2004 e implantou projetos como o Sementes do Amanhã, que tinha como objetivo tirar os filhos de catadores de cima do lixão e incluí-los em programas socioeducativos, além de ter formalizado a criação da primeira cooperativa do Pará, em 2001, conhecida como COOTPA<sup>1</sup>. Esta gestão foi um marco para os catadores, onde se iniciou um processo de parceria com o poder público, os primeiros investimentos de fato em infraestrutura, logística, caminhão, e o primeiro projeto de coleta seletiva na cidade.

No entanto, muitos são os entraves locais para uma efetiva organização. Como foi apontado no item anterior sobre o Aurá, os catadores tinham ali uma forma de compreensão do espaço e organização espontânea que surgiu pela necessidade e certa autonomia de trabalho, que podia ser desde individual, até familiar e coletivo, mas que tinham em comum o imediatismo da sobrevivência. No Aurá, se catava e vendia o material no mesmo dia, esse dinheiro era o que garantia a comida daquele dia.

Participar de uma cooperativa exige, em alguma medida, planejamento a curto, médio e longo prazo, o trabalho coletivo e democrático, conhecimento em gestão e transparência, desenvolver pautas, normas, estatuto, principalmente a partir de debates e posicionamento políticos, além de que o pagamento não é mais diário, mas quinzenal, como funciona na maioria das cooperativas e associações hoje. Essas mudanças, para a situação de vulnerabilidade social e financeira em que se encontravam a maioria dos catadores do Aurá, não foram bem aceitas e até hoje algumas catadoras entrevistadas dizem que se pudessem, voltariam para o trabalho no lixão.

A COOTPA representou, no momento de sua formação, a saída do espaço degradante do lixão e o início de um novo ciclo para os catadores e foi a primeira organização oficial do movimento no Pará, e mais diretamente em Belém, pela parceria com a prefeitura e experiência de coleta seletiva na capital. No início, a cooperativa

---

<sup>1</sup> A constituição da cooperativa ocorreu dentro do programa de “Biorremediação do Aterro Sanitário do Aurá” executado pela Prefeitura Municipal de Belém por meio da Secretaria Municipal de Saneamento no início dos anos 2000.

chegou a ter mais de 400 cooperados e durante os primeiros 4 anos atingiu seu auge com apoio e infraestrutura do poder público para trabalhar.

Contando com apoio e assessoria da prefeitura de Belém, ela obteve a doação de veículos e equipamentos de instituições públicas e privadas (um caminhão, uma caçamba, uma Kombi), além de receber treinamentos e capacitações direcionados à administração e ao gerencialmente da cooperativa, viabilizado por meio de um convênio entre a Universidade Federal do Pará<sup>2</sup> e a Prefeitura de Belém (ACIOLI, 2014, p. 219).

Para funcionamento da cooperativa se iniciou a construção de um galpão dentro do próprio Aurá que veio a ser o primeiro Centro de Triagem do Pará, no entanto esse galpão só foi entregue pela prefeitura em 2004, e esta demora juntamente com os conflitos interpessoais na gestão da COOTPA são apontados como os principais motivos de desânimo dos catadores com essa iniciativa, que até o final deste ano contava com menos de 100 membros dos 400 iniciais. Os demais voltaram para o lixão.

Mesmo com a inauguração do Galpão, o trabalho dos catadores da COOTPA não evoluiu de forma cooperada, pois a cada dia os desentendimentos aumentaram e ela se encontrou em processo quase de extinção. Esse foi um longo período de estagnação da cooperativa, em que ela perdeu quase todos os seus sócios fundadores e toda a sua infraestrutura. (ACIOLI, 2014, p. 219)

A partir de 2004, com a nova gestão da prefeitura, por Duciomar Costa, a COOTPA, que já vinha neste processo de desconfiança entre os membros e estagnação, teve seu derradeiro declínio com a perda do apoio da prefeitura que, em uma postura de desmobilização e abandono, incentivou o surgimento de outras duas associações, a ACCSB e a Associação Cidadania para Todos, as quais se tornaram vinculadas a essa gestão em um processo de segregação entre os catadores. Os equipamentos e veículo pertencentes da COOTPA foram desviados de dentro da própria cooperativa e ela saiu do galpão e passou a funcionar no quintal de uma casa, nesta época com 10 membros.

De acordo com a tese de Acioli, a cooperativa viveu um processo de reestruturação em 2012, com eleição de nova diretoria e retorno de alguns sócios

---

<sup>2</sup> Convênio firmado dentro do Projeto de Biorremediação do Aurá, no qual a UFPA por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários realizou uma série de capacitações à COOTPA. Dentro do mesmo convênio, os catadores que não desejavam participar dessa cooperativa foram oferecidos cursos profissionalizantes de cabelereiro, garçom, panificação, serviços gerais, dentre outros.

fundadores, totalizando 20 cooperados. Passaram a receber material de alguns órgãos públicos e privados e também o material da UFPA. Desde 2014 conta com um caminhão próprio que receberam por meio do projeto de Inclusão Socioprodutiva<sup>3</sup>. Segundo Acioli, hoje a cooperativa ainda se mantém em um pequeno galpão alugado no bairro de Águas Lindas, porém sem infraestrutura o que impede que guardar muito material no local e dificulta a triagem e a venda em maior escala.

---

<sup>3</sup> O projeto “Inclusão Socioprodutiva no Estado do Pará: Construindo Alicerces de Sustentabilidade através de Arranjos Produtivos Locais” foi iniciado em 2009 e contava com um orçamento de 20 milhões de reais. Sendo 18 milhões do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza) e 2 milhões do Governo do Pará, via a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEAS), o público beneficiário do programa federal era a população de baixa renda e em vulnerabilidade social, principalmente a cadastrada no programa Bolsa Família. O recurso deveria apoiar oito cadeias produtivas, sendo que para a cadeia dos resíduos sólidos o orçamento somava 2 milhões de reais para capacitação, compra de equipamentos (balança, prensa, empilhadeira) e veículos (caminhão). O projeto previsto para ser executado em três anos, sofreu diversos atrasos no cronograma, alteração de metas e até meados de 2014 ainda não havia sido concluído. Dos grupos de catadores estudados em nossa pesquisa, a COOTPA e a CONCAVES receberam caminhões, representando os municípios de Belém e Ananindeua. (ACIOLI, 2014, p. 221).

## **Capítulo 2- Colonialidade do poder no contexto dos catadores de materiais recicláveis.**

No capítulo 1 foi apresentada uma contextualização dos catadores de materiais recicláveis a partir de pesquisas feitas sobre esse tema. Dentre os principais tópicos abordados no capítulo 1 estão: a prevalência da racionalidade econômica, em detrimento da racionalidade ambiental ou social, na reciclagem e nos empreendimentos dos catadores, apontada por Santos (2014) e Acioli (2014); a segregação e dinâmica sócio espacial relacionada a renda, migração e infraestrutura urbana no contexto dos catadores, apresentada por Cunha (2007); e Acioli (2014), na tese de doutorado, com as análises sobre: o território-lixão enquanto local de sociabilidade e afeto; a imagem e discurso dos catadores enquanto movimento social e suas contradições; o processo de reterritorialização dos catadores na cidade por meio da coleta seletiva; e o processo de formação e organização das cooperativas e associações no Pará. Podem ser resumidos esses seis principais tópicos na contextualização do capítulo 1, fundamentais para abordar essa temática.

Pode-se dizer que em comum todos os trabalhos analisados para esta contextualização abordam uma crítica ao modelo neoliberal que prevalece na dinâmica dos resíduos sólidos. Cunha (2007) e Santos (2014) deixam bem clara essa vertente no trabalho, enquanto Acioli (2014) traz também a perspectiva sociológica e de análise do discurso. A questão do lixo urbano perpassa a crítica em relação a exploração da mão-de-obra, alienação do trabalho, na segregação sócio espacial da migração urbana, prevalência da racionalidade econômica neoliberal nos interesses dos atores envolvidos e na luta contra hegemônica do movimento social dos catadores frente exploração do trabalho e exclusão social e políticas públicas excludentes.

Neste sentido, o movimento social dos catadores configura como um movimento trabalhista, organizado a partir de cooperativas de trabalho que luta por reconhecimento jurídico e social, por garantias, salário, seguridade e participação, e também apropriação dos meios de produção, visto que o cooperativismo enquanto organização pressupõe uma autogestão desses meios, portanto, uma emancipação desses trabalhadores do

processo de alienação do trabalho, seja pela autonomia produtiva, seja pelo processo de conscientização e maturidade política na luta por direitos enquanto classe.

As reivindicações dos catadores enquanto movimento social está dentro de uma perspectiva do direito moderno/ocidental abordada por Honneth (2009) em sua luta por reconhecimento baseada nos processos de conflitos morais que se articulam subjetiva e socialmente enquanto potencial de emancipação de sujeitos que vivenciam coletivamente processos de violação, desrespeito, privação de direitos e degradação da sua identidade pessoal. Nesta perspectiva, a luta dos catadores dialoga com a linha teórica de cunho marxista e crítica do modo de produção capitalista, de Honneth (2009), Habermas, Adorno e Hockheimer e as teorias da justiça social. Esta abordagem compõe o capítulo 3 desta dissertação na análise das histórias de vida das catadoras.

No entanto, na construção desta pesquisa algumas reflexões surgiram demandando uma contextualização do local em que esse fenômeno social dos catadores está inserido: a América Latina. O objetivo neste capítulo é abordar a colonialidade do poder na dinâmica dos catadores de materiais recicláveis como um conceito importante para trazer outras reflexões sobre o tema e visibilizar nuances subjetivas e materiais que perpassam as relações de trabalho e contradições sociais na América Latina.

Trazer essa abordagem da perspectiva decolonial parte de um anseio de compreensão de algumas percepções na dinâmica dos catadores que não estão explicitadas nem no movimento nem nos relatos de histórias de vida das catadoras, mas que desde o início desta pesquisa foram elementos que chamaram a atenção tanto por serem visíveis e latentes, quanto pelo silêncio em torno destas questões. A abordagem trabalhista e de segregação social são mais visíveis nessa temática, no entanto, fatores como a dimensão racial e a hierarquia da fala e do conhecimento na relação dos catadores com o poder público, instituições e sociedade passou a chamar a atenção como elementos que não se resumem a relações trabalhistas, mas que perpassam uma dinâmica de diferenciação mais subjetiva e estruturada socialmente.

Desde o início esta pesquisa não se propôs a focar nas relações de trabalho, mas de refletir a partir dela outras possibilidades de compreender as identidades e subjetividades que unem essa parcela da população para além da luta trabalhista, ou a

partir dela. Neste sentido, tornou-se inevitável refletir sobre quem são as pessoas excluídas do padrão civilizatório ocidental, há um modelo de organização pressuposto para esses grupos? Que outras formas de identidades estão presentes? Como as estruturas sociais não explícitas também organizam essa dinâmica dos resíduos sólidos?

Estas questões surgiram muito mais das reflexões enquanto pesquisadora do que de evidências a partir dos relatos ou do estudo sobre tema. Dentro dessas contradições e reflexões, as teorias decoloniais dialogam com os questionamentos trazidos e propõe repensar o tema a partir de uma abordagem que traz elementos que também estão presentes de forma sutil ou não e estruturam essa dinâmica. O objetivo desta perspectiva, portanto, é visibilizar reflexões que surgiram durante a pesquisa.

Pensar os catadores de materiais recicláveis traz diversas possibilidades de abordagens, desde a economia, engenharia sanitária e ambiental, urbanismo, assim como a sociologia, debates sobre cultura e até a questão artística e midiática que vem sendo abordada por diversos documentários, filmes e novelas. No entanto, todos esses pontos partem da associação dos catadores com a segregação e exclusão social, desigualdade, sobrevivência, fome, exploração do trabalho e renda, no cenário do país e da América Latina. No contexto urbano é inevitável pensar essas questões sem abordar o modelo neoliberal do modo de produção capitalista e a forma como organiza essa dinâmica social, de trabalho e econômica, e as suas relações de poder.

Em uma perspectiva global, portanto, é importante delimitar as relações de poder do capitalismo global para compreender o fenômeno da catação enquanto típico de países chamados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, e o fato de essa categoria não existir nos chamados países “desenvolvidos”. Assim, se amplia as relações de poder para a escala global em diálogo com os discursos de sustentabilidade e a dinâmica de colonialidade do poder que é o foco deste capítulo.

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração (MARX, ENGELS, 2008, p. 9-10)

Neste trecho, os autores do materialismo histórico já expõe a base que será depois desenvolvida em argumento para o conceito de colonialidade do poder de Quijano (1989), que propõe explicitar o fato de que o capitalismo não é um fenômeno Europeu, mas que se consolida a partir das rotas comerciais principalmente a partir do Atlântico e a colonização da América que vai definir o capitalismo como um fenômeno global, mas com distintas posições de poder.

A colonialidade propõe tornar visível essa dinâmica a partir de uma reinterpretação do lugar da América, e principalmente da América Latina, como periferia global enquanto uma relação de poder de resquícios coloniais a partir do estudo de como este processo perdura até hoje no imaginário moderno/ocidental e perpassa as subjetividades e materialidades vividas no continente.

Esta abordagem serve de base para teorizar sobre as reflexões que se impuseram a esta pesquisa, como a hierarquia da fala e a racialidade visível nas relações dos catadores de materiais recicláveis, assim como aprofundar o debate sobre a racionalidade econômica apontada por Santos e Acioli (2014), e propõe compreender a negligência do poder público em implantar uma reciclagem popular a partir da coleta seletiva e participação dos catadores. Se a reciclagem é economicamente lucrativa e discursivamente relevante, então por que ainda não é de interesse do poder público?

Estes pontos explicitam contradições desta temática que somente as discussões trabalhistas não conseguem contemplar justamente porque envolvem relações de poder que se impõe de forma subjetiva na construção do território latino americano e que foi e é historicamente invisibilizada pela perspectiva normativa do ocidente. É o que Quijano chama de distorções da realidade que acontecem quando se tenta explicar fenômenos remanescentes da colonialidade a partir de teorias que partem de experiências europeias.

Este capítulo, portanto, propõe apresentar quatro aspectos da teoria decolonial: racialidade, eurocentrismo, capitalismo mundial e estado nação, para dialogar com o contexto dos catadores e apresentar outras reflexões a partir da visibilidade da subjetividade e materialidade propostas pela teoria. Também propõe a discussão sobre o cooperativismo enquanto modelo de organização da categoria sob a perspectiva da

colonialidade, e por fim, deve complementar a teoria da intersubjetividade em Honneth, no capítulo 3, e contribuir na análise das histórias de vida das catadoras.

### **Racialidade**

Este debate teórico sobre os catadores não pode se eximir do contexto geopolítico em que acontece: o “sul global”, termo utilizado pelos autores pós-coloniais para repensar as referências coloniais que conectam a formação dos países chamados de terceiro mundo ou em desenvolvimento. No caso dos catadores a relação é mais especificamente na América Latina, local onde a atividade ganha contornos de movimento social, em que se organizam a partir da Rede Latino Americana de Recicladores – RedLacre.

É a partir da América Latina que surge o conceito de decolonialidade, de um grupo de teóricos e intelectuais latino americanos constituído no final dos anos 90, nos EUA, chamado Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), o qual propôs a radicalização do argumento pós-colonial no continente americano por meio da noção de “giro decolonial”, constituindo “um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina” (Ballestrin, 2013, p. 89).

Esta perspectiva teórica, portanto, vem na trajetória de uma série de movimentos e autores de países “subdesenvolvidos” ou subalternizados no capitalismo global que já vinham desenvolvendo uma leitura crítica a partir desses lugares. É o caso de Fanon, Memmi, Spivak, Bhabha, Edward Said, também Stuart Hall entre outros que não terão suas vertentes aprofundadas aqui. A particularidade do Grupo M/C é de pensar a construção do imaginário e subjetividades americanas a partir do legado do colonialismo<sup>4</sup>, que se perpetua até hoje nas contradições do território por meio da colonialidade do poder.

---

<sup>4</sup> O termo colonialismo se refere ao período de colonização das Américas, enquanto a colonialidade se refere aos processos subjetivos, políticos e econômicos que perduram até hoje como legado do modo de colonialismo.

A necessidade de aprofundar esta análise pela perspectiva da colonialidade vem a partir de três pontos: no quanto esta questão é visível, principalmente pela dimensão racial e hierarquia do saber em relação aos catadores; na observação de ser uma lacuna nos trabalhos pesquisados até aqui, em que prevalece a abordagem da crítica materialista ao modelo neoliberal; e também pelo questionamento que surgiu a partir da percepção de que a reciclagem é economicamente lucrativa, material e discursivamente: então por que ainda não é eficiente em Belém por meio da coleta seletiva?

O termo colonialidade do poder, conceito desenvolvido originalmente por Quijano em 1989, faz referência direta ao fato de que as relações de colonialidade econômica e política não terminaram com o fim do colonialismo e pretende denunciar a continuidade das formas de dominação produzida pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Por outro lado, propõe trazer a tona processos, narrativas e perspectivas que teriam sido apagados, assimilados ou superados pelo discurso hegemônico de modernidade, e assim atualizar e contemporizar esses estudos.

Os principais elementos desse sistema de dominação e exploração, segundo Quijano (2006, p.62; 68; 73; 2005, p. 120), são: a ideia de raça (como um sistema de classificação social, que racionaliza as relações entre colonizadores e colonizados); o capitalismo mundial (como o sistema de exploração social, com divisão do trabalho, seu controle e exploração dos seus recursos e produtos); o eurocentrismo (como um modo de produção e controle de subjetividade); e o Estado-Nação (como sistema de controle da autoridade coletiva). (ARAUJO, 2014, p. 94)

A partir desses quatro pontos destacados por Araújo (2014) sobre o conceito de Quijano, esta dissertação propõe aprofundar o debate sobre os conceitos decoloniais neste capítulo por considerar que são fundamentais para compreender este fenômeno no contexto local e suas contradições como parte da dinâmica de colonilidade e assim trazer elementos que também podem ser analisados nas histórias de vida.

Assim, o ponto mais visível do diálogo entre os catadores e a colonialidade é a questão racial, uma dimensão visível neste grupo. Como foi abordado anteriormente sobre o modo de produção capitalista, faz parte da lógica de exploração do trabalho a exclusão social e a desigualdade que mantem uma massa de pessoas disponíveis como mão-de-obra barata ou mesmo fora do projeto de civilização por não serem

economicamente produtivas ou consumidoras, no caso da América Latina esse grupo de pessoas tem cor, ou seja, possuem um diferencial de raça e/ou étnico.

Quijano propõe que na América há uma Divisão Racial do Trabalho, em analogia a Divisão Social do Trabalho definida por Marx como a base da divisão de classes. Assim, na abordagem de segregação sócio espacial feita por Cunha (2007) em que demonstra como ocorre a dinâmica urbana segundo o diferencial de renda, este critério racial não é analisado, mas que se pressupõe ser um fator importante no contexto local. Segundo Quijano, a colonialidade

Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73).

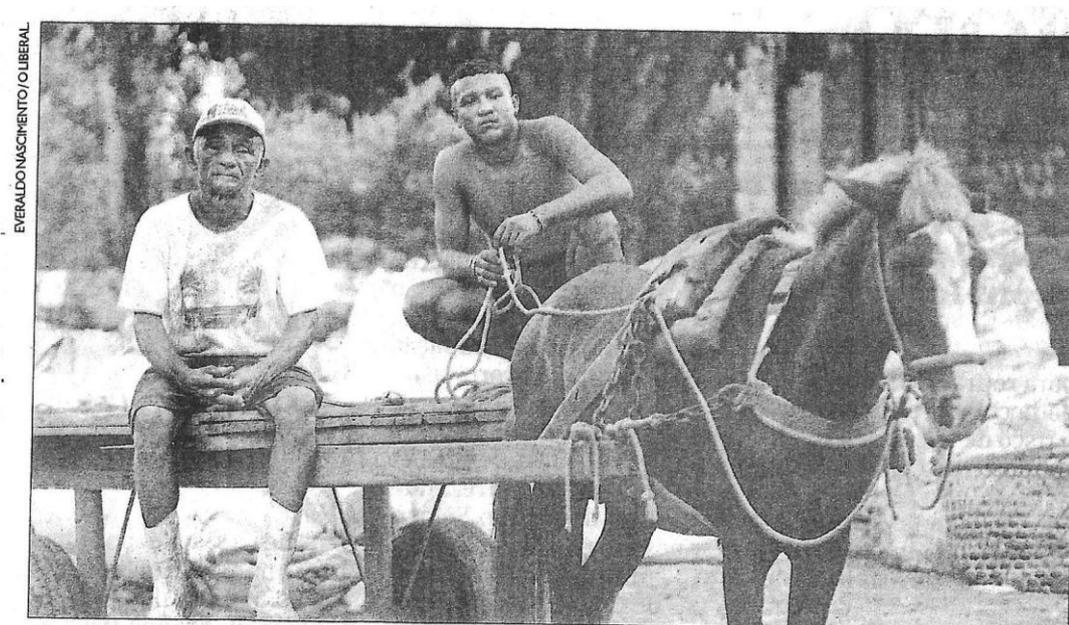
Esta discussão representa uma lacuna nas pesquisas apresentadas no capítulo 1 e também nas minhas observações dentro do movimento dos catadores no Pará, nas entrevistas realizadas para esta dissertação, nos cursos de capacitação do poder público e instituições e mesmo eventos nacionais, como a Expocatadores, onde não foi observado, no ano de 2016, nenhuma referência a raça ou negritude nos espaços e discussões.

Esta questão pode não ser vista como prioritária ou importante frente a tantas outras pautas mais objetivas do movimento e dos interesses da reciclagem, mas entra para esta dissertação como um questionamento analítico sobre essa não visibilidade: que outras abordagens são possíveis a partir desta percepção? Qual a importância deste debate? Seria uma possibilidade de valor identitário para além da questão trabalhista?

Aqui não cabe responder estas questões, que inclusive demandariam uma pesquisa mais complexa e específica. Nesta dissertação a racialidade será pontuada dentro do contexto teórico da colonialidade como um olhar complementar e contribuição para compreender esse fenômeno social. Pois, falar em racialidade é falar de colonialidade e, portanto, não falar em racialidade, no contexto da América Latina, é ocultar também a colonialidade, reforçando uma narrativa homogênea e hegemônica, que não assume as diferenças coloniais nas relações de poder.

Essa observação foi feita de forma ainda inicial no artigo para o Sialat 2017, em que três matérias jornalísticas são analisadas, uma de 1997 com o título “Reciclar é preciso?”, e outras duas de 2016, com os títulos “Fim do lixão cria legião de deserdados” e “Coleta seletiva muda cultura do lixo”, abordando temáticas que já vem sendo pontuadas nesta dissertação: a reciclagem, catadores, o fechamento do lixão e a coleta seletiva.

**Ilustração 3- Imagem do Jornal O Liberal, 05/06/2016/ “Fim do lixão cria legião de deserdados”**



**Jorge Gomes (e) diz que catadores se sentem como em uma canoa, sem remo**

A imagem retrata dois homens negros que sobreviviam da catação no Aurá. Essa delimitação racial de negritude não é total, mas representa a maioria dos catadores do Brasil, e principalmente do Norte do país, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicado em 2013. Segundo o artigo de Metello e Sant’ana (2016, p. 26), publicado no livro “Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro Nacional”, da fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “Os dados permitiram também observar que dentro desse universo é forte o corte de raça, com 66% dos catadores se afirmando como negros.”

**Tabela 2: Síntese dos dados do Censo 2010 do IBGE, por Metello e Sant'ana (2016, p. 26)**

Categorias	Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
	<b>Total de catadores</b>	<b>387.910</b>	<b>58.928</b>	<b>161.417</b>	<b>116.528</b>	<b>29.359</b>	<b>21.678</b>
	Média de idade dos catadores	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5
	Mulheres (%)	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0

Diversas vertentes de teóricos da subalternidade e colonização já vinham apontando a questão da racialidade negra como um fator chave para dominação a partir da categorização do “outro”. O autor Homi Bhaba nos Estudos Culturais discute como essa relação de colonialidade pela relação saber/poder, legitimados inclusive pela ciência moderna como modelo epistemológico, se dá de forma subjetiva na relação colonizador/colonizado, a partir de aparatos discursivos do estereótipo, do fetiche, da negação e controle. Assim é possível estabelecer de que forma essa colonialidade se mantem em modos também de negociação pelo simbólico:

O objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais. A despeito do poder estabelecido pelo discurso colonial e a mudança de posições dos seus conteúdos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas variados de colonização, etc.), refiro-me a uma forma de governar que, ao marcar uma “nação subjetiva”, apropria-se, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 1991, p.184)

O objetivo não é reforçar um estereótipo do colonizado, mas a partir da racialidade propor novas possibilidades de abordagem sobre o tema e outras leituras sobre a dinâmica do lixo urbano, que envolve não somente a questão econômica e do trabalho, mas relações de poder também no âmbito subjetivo da formação desta relação de exploração no contexto da América Latina.

### **Eurocentrismo**

Outro ponto a ser abordado em sequência é a hierarquia do saber ou colonialidade do saber, ou ainda eurocentrismo. O eurocentrismo é o modo de racionalidade moderna, que se constitui como um sistema de dominação pelo controle da subjetividade. Trata-se de uma distorção na compreensão da realidade experienciada nos países que vivem a modernidade a partir da colonialidade. É uma perspectiva

assumida como forma de pensar latino americana que é fulcrada em elementos e valores eurocêntricos. Faz-se necessário, portanto, uma crítica a partir da realidade deste território para uma percepção dos problemas e outras análises que não sejam obstadas por tal bloqueio de visão.

Por sua natureza, a perspectiva eurocentrista distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira (...) Em consequência, nossos problemas não podem ser percebido senão desse modo distorcido (QUIJANO, 2006, p. 57-58 apud ARAUJO, 2014, p. 94)

Mignolo (2005) propõe a noção de diferença colonial para abordar a dimensão epistêmica e epistemológica, a partir do que chamou de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”. Aqui a noção de violência epistêmica elaborada por Foucault é ampliada para o âmbito de macroestruturas de longa duração, como a colonialidade, explicitando questões como o racismo epistêmico (Maldonado-Torres, 2008) ou a negação da alteridade epistêmica.

O eurocentrismo dialoga com a modernidade e a colonialidade no âmbito da forma de pensar e conhecer, na legitimação do conhecimento e da fala, nas relações de poder dos lugares de fala dos sujeitos, na reprodução de valores epistêmicos e epistemológicos Europeus/ocidentais. Esta hierarquia do saber perpassa a subjetividade como forma de legitimação do que é dito, de quem fala e de como fala, tendo como padrão normativo a ciência iluminista, a língua culta escrita, e o homem branco como diferenciais de lugar de poder.

É neste sentido que Mignolo fala sobre uma geopolítica do conhecimento, pois a legitimidade do saber no continente americano é em referência a esta relação geográfica e política na qual a colonialidade se estabeleceu tendo como centro a Europa, e a partir de seu discurso sobre o globo, negligenciando especificidades para os problemas e contextos próprios ou mesmo apagando outras possibilidades de narrativas e conhecimentos. Além disso, essa hierarquia se evidencia no cotidiano no poder de fala e de acesso a locais e políticas públicas em que alguns são ouvidos e outros são silenciados ou não reconhecidos.

Trazendo para o contexto dos catadores de materiais recicláveis, pode-se dizer que tanto a questão racial quanto do saber são perceptíveis por dialogarem com a

invisibilidade e silenciamento. Esses dois elementos de colonialidade se complementam na indicação de qual subjetividade está subalternizada na relação de poder na dinâmica social da América Latina: a diferença racial e o acesso a formação educacional formal como legitimadora de conhecimento. São dois elementos complementares e imbricados que se reforçam mutuamente e que indicam os lugares pressupostos que determinados grupos de pessoas vão ocupar.

Assim, um dado importante sobre os catadores de materiais recicláveis é o fato de serem a maioria analfabetos ou com pouco estudo. Este fator muitas vezes é desconsiderado nos cursos de capacitação em que os temas são abordados a partir de cartilhas, por exemplo, ou apresentações com slides de textos.

Araújo (2014) também questiona o eurocentrismo do conceito e prática do cooperativismo como uma distorção para a realidade na América Latina. A autora aponta como a “doutrina cooperativista” se refere a

conhecimentos, pretensamente neutros, caracterizados pelo formalismo (descolado da multiplicidade da realidade social) e legalmente legitimado, assumido e divulgado por órgãos que se apresentam como representantes unitários do cooperativismo, em âmbito internacional (a ACI) e em âmbito nacional (o sistema da OCB). (ARAÚJO, 2014, p. 95)

Esta provocação sobre o cooperativismo se baseia nas complexas e múltiplas experiências ditas cooperativistas na América Latina que destoam da função contestatória ao modo de produção capitalista em que surgiu o movimento na Europa do século XVIII, contexto da primeira revolução industrial. Um dos principais exemplos desse início é a cooperativa de consumidores de Rochdale, fundada na Inglaterra em 1844. Segundo Mendonça (2011), este é um “mito fundador” e os “princípios rochdaleanos” passaram a legitimar a “pureza” das cooperativas.

No Brasil o cooperativismo começaria a germinar ainda em 1889, mas é a partir de 1970, por meio das elites políticas e econômicas voltadas à economia agroexportadora que é promovido e, então, efetivado como uma ação governamental de controle e intervenção social. Localizado no meio rural, o cooperativismo foi implantado como meio para a modernização conservadora agrícola, que consistiu em um processo de transformações nas estruturas rurais, com a introdução de novas tecnologias, gerando subordinação da agricultura à indústria.

Essa forma de organização do cooperativismo engendrou a edição da Lei 5.764/71, chamada de Lei do Cooperativismo, que define a política nacional do cooperativismo e, embora obsoleta, ainda hoje constitui o principal marco legal de referência às experiências cooperativistas. A partir da década de 90, com a crise do desemprego estrutural no cenário urbano brasileiro, surgem experiências populares que, buscando por geração de renda, utilizam-se do ideário cooperativista de forma mais próxima ao seu caráter contestatário.

Trata-se da retomada de um cooperativismo mais próximo ao histórico movimento de luta dos trabalhadores questionando o sistema vigente. Neste contexto também se vive a precarização do trabalho e o surgimento, muitas vezes fraudulento, das cooperativas de trabalho, categoria em que se encaixa as cooperativas dos catadores.

Trata-se de dois modelos distintos, embora congregados sob a mesma designação. De um lado a associação engendrada pelos próprios trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, objetivando criar possibilidades de geração de renda em razão do desemprego estrutural. De outro lado, a organização dos trabalhadores feita pelo capitalista, com o objetivo de diminuir os custos sociais do trabalho. (ARAÚJO, 2014, p.85)

Para combater legalmente este segundo modelo de “cooperativismo empresarial” foi aprovada a Lei 12.690/12 que pretende definir o cooperativismo de trabalho, sua organização e funcionamento. A nova lei foi recebida de forma positiva pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a qual regulamenta o cooperativismo no país e está vinculada a patronal agrícola do cooperativismo no país. No entanto, a lei causou polêmica em diversos setores das cooperativas trabalhistas, por motivos muitas vezes diferentes e até opostos.

O MNCR foi um dos movimentos que criticou a Lei. Os catadores entendem a cooperativa como forma legítima de geração de emprego e renda (em oposição à CONTAG, por exemplo, que reivindica a falta de seguridade da cooperativa trabalhista), no entanto criticam os altos custos às cooperativas que muitas vezes sequer se sustentam financeiramente.

Assim, o cooperativismo hoje abarca uma diversidade de empreendimentos, por isso Araújo (2014) refere-se ao termo *cooperativismos* para evidenciar essas múltiplas possibilidades. No entanto, a autora divide dois grandes grupos, a partir da regulação

jurídica: de um lado o cooperativismo oficial-legal-hegemônico, cujos empreendimentos se enquadram facilmente nas exigências legais, o qual será designado de cooperativismo empresarial. E de outro lado, as experiências plurais complexas e de caráter contestatório, designadas como cooperativismo popular.

Além disso, as divergências entre as diferentes realidades dos empreendimentos cooperativistas compõem demandas, contextos e subjetividades que podem ser muito diferentes, e até opostas. Outro ponto é que o cooperativismo oficial acaba propondo determinações que favorecem ao cooperativismo empresarial, legal e hegemônico na interior da realidade brasileira.

Araújo (2014) aponta como um dos itens do cooperativismo, a autogestão, é adaptada na legislação brasileira sobre cooperativismo para uma interpretação enquanto formalidade meramente democrática, modelo executado pelo cooperativismo empresarial. A autora contra argumenta que esta noção equivocada acaba reproduzindo no interior da cooperativa a lógica capitalista, com decisões rápidas, tomadas por pessoas com características de líderes, tomando o lugar que deveria ser do coletivo.

A leitura dogmática sobre a autogestão, que a propõe em termos meramente formais, além de reproduzir o sistema econômico que gera exclusão, leva ao interior da cooperativa (e de empreendimentos solidários) a divisão heterogestionária do trabalho. Alguns gerenciam (mandam), outros executam. Reproduz, portanto, a visceral alienação que é própria do trabalho subordinado (e assalariado), lógica que deveria ser rompida com a efetiva prática da autogestão (ARAUJO, 2014, p. 97)

Com esta crítica, a autora afirma que o cooperativismo instalado e ainda hoje fomentado no Brasil e em outros países da América latina (legalmente e pelas ações e concepções da OCB, que avoca a legitimidade de representar a totalidade das cooperativas brasileiras) representa um processo de colonialidade. Ao assumir esses fundamentos construídos e adequados a noção europeia, bloqueia a criação de verdadeiros sentidos que passam a ser apenas hegemônicos. Trata-se de uma experiência, segundo a autora, de colonialidade, normalizada em fatos e atos contemporâneos, mesmo que distante do período colonial, mas com reverberação de seus efeitos.

### **Capitalismo mundial**

Como terceiro ponto de análise e diálogo entre as teorias decoloniais, o contexto dos catadores e a análise marxista, tem-se então o capitalismo mundial como um dos fatores apontados por Quijano enquanto elemento da colonialidade. Em diálogo com o item anterior sobre eurocentrismo, Mignolo (2005) critica os autores que analisam este fenômeno a partir de dentro da Europa ou da Europa para as colônias, invisibilizando a colonialidade como construtora do capitalismo global.

A consequência é que o capitalismo, como a modernidade, aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza. (MIGNOLO, 2005, p.36)

O modo de produção capitalista está imbricado ao processo de modernidade. Aquele enquanto produção e acumulação de riquezas e esta enquanto narrativa que reúne um conjunto de fatores ao crescimento econômico, como a ciência, a ascensão da burguesia e a criação do Estado Nação, o modo de vida burguês e urbano, e a colonização enquanto fenômeno propulsor do capitalismo mundial.

Para elucidar essa relação os autores propõe outra percepção do capitalismo enquanto um fenômeno não somente Europeu, narrado historicamente (enquanto discurso eurocêntrico) como o período das grandes navegações, expansão comercial, crise do sistema feudal e ascensão da burguesia ao poder. O giro decolonial reivindica o lugar em que a colonização da América configura um fator fundamental sem o qual, segundo Quijano, não haveria capitalismo, nem o processo de acumulação de riquezas que mudou a história da Europa para a modernidade e da mundialização do capitalismo. A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista.

Mignolo (2005) traz uma abordagem interessante ao mostrar que antes das Américas, as rotas comerciais com o “orientes”, no caso com a Índia, China e Norte da África, fazia da Europa um lugar marginal no globo, em que o centro da rota era principalmente a China, que estava bem localizada comercialmente neste período. Com a colonização das Américas a Europa passa a ser o centro de entre essas duas rotas comerciais, assim como passa a ter acesso para o Oriente a partir do continente americano, pelo oceano Pacífico.

A Europa –através da Espanha– deu as costas ao Norte da África e ao Islã a partir do século XVI; a China e o Japão nunca estiveram sob o controle imperial ocidental, ainda que não tenham podido deixar de responder a sua força expansiva, sobretudo a partir do século XIX, quando o Islã renovou sua relação com a Europa (Lewis, 1997). O sul da Ásia, a Índia e diversos países africanos ao sul do Saara foram o objetivo dos colonialismos emergentes: Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha. (MIGNOLO, 2005, p. 38)

Mignolo (2005) se baseia no conceito de colonialidade de Quijano, mas esquiva-se da discussão se o capitalismo existiria ou não sem a colonização das Américas, reforça, porém, que esse processo elevou as trocas globais a dimensões que não existiriam sem a inclusão das rotas comerciais do Atlântico. O modelo de colonização e exploração comercial com o continente americano, portanto, foi bem diferente de outras experiências, em que os autores consideram como a inauguração de um modelo de colonialismo como ainda não havia acontecido.

Assim, o fundamento da modernidade/colonialidade está no descobrimento e na invenção da América, sendo este processo, portanto, a origem da modernidade e do conceito de ocidental. É na colonização do continente que se revela e inaugura a diferença colonial (Mignolo, 2003), como um processo com características inéditas no sistema-mundo. “Até o século XVI não havia diferença colonial, mas diferença imperial: os bárbaros eram imperiais turcos, mouros, chineses, russos” (Mignolo, 2003, p.42).

Em se tratando de pensar o capitalismo global nesta dinâmica, Dussel argumenta que “a América não somente foi a primeira periferia do sistema mundo como também a primeira oportunidade de acumulação primitiva de capital” (Castro-Gomez, 2005<sup>a</sup> apud Ballestrin, 2013, p.103). A acumulação primitiva de capital como base do capitalismo global, segundo os autores, tem, portanto, na exploração e dominação do continente americano a sua origem ou, ao menos, uma inegável contribuição. E é o que torna a colonialidade um processo contínuo em que a exploração ainda é vivida no continente aos modos de uma periferia global.

A construção da ideia de modernidade advém como uma narrativa da Europa sobre si mesma neste período, com a expansão econômica, geopolítica e acumulação de riquezas advindas das colônias que originaram o poderio da modernidade. Segundo os autores, o capitalismo se acelerou e tomou as proporções globais que é hoje com a rota

comercial no Atlântico a partir da colonização das Américas. “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa” (Mignolo, 2005, p. 38).

Ainda neste debate sobre a perspectiva decolonial, Mignolo (2005) aponta como as principais vertentes teóricas de leitura deste capitalismo ocidental também é uma interpretação europeia, representado pela oposição entre liberalismo e materialismo histórico:

Nas duas últimas centúrias, no entanto, e até às irrupções das questões de subjetividade e de gênero no debate, o olhar eurocêntrico não conseguiu perceber todos esses meios na configuração do poder, porque foi dominado pela confrontação entre duas das principais vertentes de ideias: uma, hegemônica, o liberalismo; e outra, subalterna, ainda que de intenção contestatória, o materialismo histórico. (QUIJANO, 2009, p. 77)

Pensar a colonialidade como um poder é perceber que muitas teorias europeias não são suficientes para compreender as relações complexas e as muitas contradições das sociedades subalternizadas. É o caso das contradições apresentadas para a reciclagem e coleta seletiva aqui em Belém, a segregação de uma grande parte da população que tem na catação um trabalho derradeiro, além da ineficiência do poder público em planejar soluções para os resíduos sólidos a partir dos catadores.

O paralelo é pensar que na economia da reciclagem necessariamente se parte de uma questão econômica, posto que se trata de um fenômeno global, seja a sobrevivência para o catador, a exploração do trabalho, a segregação socioespacial, as desigualdades das políticas públicas. Portanto, o valor econômico não pode ser uma conclusão, mas um ponto de partida para se pensar a questão dos materiais recicláveis e dos sujeitos que compõem a base dessa atividade.

### **Estado Nação**

Por fim, a discussão sobre a formação do estado nação como sistema de controle da autoridade coletiva cabe aqui nesta dissertação como um elemento importante para tentar elucidar sobre a relação do poder público com a temática dos catadores em Belém. Na formação da América Latina, o estado nação vai representar essa forma de autoridade que, junto com a raça, eurocentrismo e capitalismo global compõe a estrutura material e subjetiva de colonialidade do poder.

Para abordar esse aspecto é importante compreender primeiramente a ideia de ocidente enquanto uma definição geopolítica e como esse imaginário moderno/colonial faz parte da construção de uma pretensa homogeneidade mestiça americana. O conceito de dupla consciência em Mignolo (2005) também contribui para compreendermos como é formada uma contradição primordial na subjetividade das populações da América. E a partir disso, discutir como essas teorias reverberam na dinâmica dos catadores de materiais recicláveis.

Mignolo propõe a tese de que a ideia de um “hemisfério ocidental” modificou radicalmente o imaginário e as estruturas de poder no mundo moderno/colonial. O autor utiliza o conceito de imaginário segundo Édouard Glissant (1997), para o qual “o imaginário” é a construção simbólica mediante a qual uma comunidade (racial, nacional, imperial, sexual, etc.) se define a si mesma.” (Mignolo, 2005, p. 35) e adapta este conceito para um sentido geopolítico para compreender a fundação e formação do imaginário do sistema mundo moderno/colonial.

A imagem que temos hoje da civilização ocidental é, por um lado, um longo processo de construção do “interior” desse imaginário, desde a transição do Mediterrâneo, como centro, à formação do circuito comercial do Atlântico, assim também como de sua “exterioridade”. Isto é, no Ocidente a imagem “interior” construída por letrados e letradas, viajantes, estadistas de todo tipo, funcionários eclesiásticos e pensadores cristãos, esteve sempre acompanhada de um “exterior interno”, ou seja, de uma “exterioridade”, mas não de um “fora”. (MIGNOLO, 2005, p. 35)

O autor descreve esse processo de construção de uma civilização ocidental como um imaginário “interno” de autodefinição da Europa, baseada na imagem cristã, intelectual-científica, letrada, estadista; e, também, na definição de uma “exterioridade”, que em diversos momentos históricos se define pelos conflitos com outras comunidades (religiões, étnicas, racial, sexual) como uma diferença.

A partir do século XVI, com o triplo fato da derrota dos mouros, da expulsão dos judeus e da expansão atlântica, mouros, judeus e ameríndios (e com o tempo também os escravos africanos), todos eles passaram a configurar, no imaginário ocidental cristão, a diferença (exterioridade) no interior do imaginário. (MIGNOLO, 2005, p. 35)

Este imaginário não é constituído somente pelo discurso colonial, incluídas suas diferenças internas, mas também pelas respostas (ou ausência destas) das comunidades (impérios, religiões, civilizações) que o imaginário ocidental negociou em sua

autodescrição. Assim, Mignolo propõe a ideia de que o imaginário ocidental é constituído não somente pela definição do que é (cristão, branco, estadista, letrado), mas também do que não é, ou seja, também se constitui pelas diferenças, ou exterioridades, e a partir das relações de poder que estabelece com estas no interior do imaginário.

Faz parte deste conceito de ocidental a rota do Atlântico e colonização da América, como uma concepção não somente de exploração de recursos e acumulação de riquezas, mas também de “missão civilizadora” do imaginário ocidental. É neste sentido que Quijano vai diferenciar colonialismo, enquanto uma prática de exploração, de colonialidade do poder, enquanto uma estratégia da “modernidade” desde “o momento da expansão da cristandade para além do Mediterrâneo (América, Ásia), que contribuiu para a autodefinição da Europa, e foi parte indissociável do capitalismo, desde o século XVI.” (Mignolo, 2005, p. 36).

Esta exterioridade ou diferença e a relação que o imaginário ocidental estabelece com ela é o que a colonialidade do poder propõe revelar como uma estratégia da modernidade, a sua face obscura, gerando uma duplicidade de consciência em subjetividades que vivem a modernidade na colonialidade. Esta duplicidade é exemplificada nas comemorações de 500 anos de descobrimento dos países do continente americano, frente a movimentos e intelectuais indígenas que reescrevem sua história de luta como resistência.

Pois bem, este recorte dos 500 anos é o recorte do mundo moderno/colonial de distintas perspectivas de seu imaginário, que não se reduz ao confronto entre espanhóis e ameríndios, mas estende-se ao crioulo (branco, negro e mestiço) surgido da importação de escravos africanos como da população branca europeia transplantada por seus próprios interesses, na maioria dos casos às Américas. (MIGNOLO, 2005, p. 39-40)

Com o processo de colonização, exploração e dominação da América, o continente passa a se referir geopoliticamente à Europa enquanto centro e subjetivamente ao imaginário ocidental. Este processo é analisado por Mignolo a partir do processo de independência dos países de colonização hispânica e anglo-saxã proclamadas por descendentes europeus no continente.

A América é a diferença, mas ao mesmo tempo é a mesmidade. É outro hemisfério, mas é ocidental. É diferente da Europa (que por certo não é o Oriente), mas está ligada a ela. É diferente, no entanto, da África e da Ásia, continentes e culturas que não formam parte da definição de hemisfério

ocidental. No entanto, quem define tal hemisfério? Para quem é importante e necessário definir um lugar de pertencimento e de diferença? Para os que experimentaram a diferença colonial como criollos de ascendência hispânica (Bolívar) e anglo-saxônica (Jefferson)? (MIGNOLO, 2005, p. 41)

Apesar de não abordar a colonização portuguesa no Brasil, o objetivo aqui é fazer essa adaptação pela similaridade da dinâmica nesta perspectiva. A denominação criollo surge no trabalho de Mignolo para definir as populações não originárias do continente, no caso, o branco europeu, e o negro africano da importação de escravos. Aqui o autor apresenta as diferenças etno-raciais como o ponto de articulação do imaginário construído no – e a partir do – circuito comercial do Atlântico. Isso não exclui, segundo Mignolo, as relações de classes, gênero e sexualidade, porém tem na etno-racialidade o ponto de engrenagem da diferença colonial no continente. “Foi com– e a partir do– circuito comercial do Atlântico que a escravidão se tornou sinônimo de negritude.” (Mignolo, 2005 p. 40). A racialidade, portanto, representa a principal diferença colonial, ou “exterioridade” no imaginário ocidental.

O autor descreve o processo de independência dos Estados Nação hispânicos e anglo-saxão, em que propõe demonstrar como foi construído por uma elite aristocrática de criollos descendentes de europeus, em que a independência burocrática não eliminou as contradições simbólicas tendo como referência cada um de seus respectivos países de origem europeia e a diferença colonial com as demais etnias no continente americano.

A particularidade da imagem de “hemisfério ocidental” foi a de marcar, de maneira forte, a inserção dos criollos descendentes de europeus, em ambas as Américas, no mundo moderno/colonial. Esta inserção representou, ao mesmo tempo, a consolidação da dupla consciência criolla que se foi formando no próprio processo de colonização. (MIGNOLO, 2005, p. 40)

O termo “dupla consciência” foi elaborado em princípios do século XX pelo sociólogo e intelectual negro W. E. B. Du Bois que capturou o dilema de subjetividades formadas na diferença colonial. “Isto é, a consciência vivida na diferença colonial é dupla porque é subalterna. A subalternidade colonial gera a diversidade de consciências duplas” (Mignolo, 2005, p. 40), e exemplifica a partir dos termos que buscam dar conta dessa identidade, como a afro-americana.

De forma resumida, o autor propõe abordar a construção dos Estados Nação americanos a partir da perspectiva de que foram construídos dentro do imaginário

ocidental/europeu, na medida em que se tratou de um processo de descendentes europeus que proclamaram uma independência burocrática em relação à Europa, porém geopoliticamente se referindo a esta a partir do conceito de “hemisfério ocidental”. O modelo de gerenciamento estadista por si só é um conceito civilizatório de origem europeia que no território americano acaba por apagar ou se impor perante outros modos de vida de outros descendentes criollos, como os negros ou os povos ameríndios.

O autor aponta como a formação do Estado Nação proclama, portanto, a homogeneidade do território americano e não assume as diferenças coloniais, por exemplo raciais, em que o criollo branco não se reconhece tal na dinâmica do imaginário moderno/ocidental. Para os demais povos e populações, a dupla consciência passa a se referir a uma origem que é apagada da história oficial, como no caso dos africanos e ameríndios, e que subjetivamente vive na contradição da diferença colonial sem assumir a colonialidade do poder e a referência geopolítica europeia.

A consciência criolla, que se viveu (e ainda hoje se vive) como dupla, ainda que não se tenha reconhecido nem se reconheça como tal, reconheceu-se na homogeneidade do imaginário nacional e, desde o início do século XX, na mestiçagem, como contraditória expressão da homogeneidade. A celebração da pureza mestiça de sangue, por assim dizer. (MIGNOLO, 2005, p. 43)

Portanto, o autor chama de consciência criolla a consciência que se refere geopoliticamente à Europa, enquanto ocidente, e racialmente enquanto diferente da população negra e ameríndia. Essa dominação, no entanto, garante que “a consciência criolla branca é uma dupla consciência que não se reconhece como tal.” (MIGNOLO, 2005, p. 43), esta é a consciência contraditória da mestiçagem presente no território latino americano. A formação e consolidação do Estado-nação exigia uma homogeneidade para ser melhor administrada “e portanto ou era necessário ocultar ou era impensável a celebração da heterogeneidade.” (Mignolo, 2005, p. 43).

Pensar a formação do Estado Nação dentro deste projeto civilizatório do imaginário moderno/colonial permite compreender ou visibilizar algumas contradições presentes no território latino americano que dialogam com a situação dos catadores. É o caso de pensar o poder público, seja em escala municipal, estadual ou nacional, enquanto um representante desta formação e, portanto, enquanto um sistema de controle da autoridade coletiva. Neste sentido, a colonialidade do poder também está presente na

administração pública que não assume a dupla consciência e reproduz uma lógica que tem como referência um modelo racial e epistemológico colonial, ocultando, por exemplo, o racismo e a exclusão social enquanto uma política de estado.

No caso dos catadores de materiais recicláveis, esta contradição está presente na forma como o poder público, principalmente municipal, historicamente trata com negligência, discriminação e desmobilização essa parcela da população e não assume a responsabilidade de garantir na prática os direitos que os catadores reivindicam. Mesmo economicamente lucrativa, a reciclagem se torna discurso de barganha do poder público, o qual se alinha com a racionalidade econômica de iniciativas privadas no gerenciamento do lixo urbano e não propõe uma perspectiva socialmente igualitária de direitos e reconhecimento jurídico para os catadores.

### **Capítulo 3- Luta por reconhecimento em Honneth.**

Para análise dos relatos de vida das catadoras de materiais recicláveis, parte-se da ideia de uma luta por reconhecimento não somente enquanto categoria trabalhista, mas também em termos de sentimento de dignidade individual. Um autor que propõe essa relação no campo teórico é Axel Honneth, a partir de uma proposta de gramática moral dos conflitos sociais. O autor propõe pensar a luta por reconhecimento não somente pela via da sobrevivência, miséria, mas como uma relação moral de respeito, amor e solidariedade, que quando infringidos causam ao sujeito prejuízos também psíquicos de perda da auto-confiança, do auto respeito e da auto estima, e portanto, afeta também a sua identidade. Segundo o autor,

sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica; esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social. (HONNETH, 2009, p. 260)

A escolha da perspectiva de intersubjetividade em Honneth para análise dos relatos de vida das catadoras de materiais recicláveis parte da ideia de uma luta por reconhecimento, não somente enquanto categoria trabalhista, mas também nos níveis pessoal e cultural como possibilidade de emancipação coletiva e evolução social. Ele parte dos conflitos e suas configurações sociais e institucionais para, a partir daí, buscar suas lógicas.

Honneth vem na linha teórica da teoria crítica, marcada em seu início pelo que ficou conhecido como a “Escola de Frankfurt” e, mais diretamente, da teoria da ação comunicativa em Habermas. Este, por sua vez, parte de uma crítica a dialética do Esclarecimento, de Adorno e Horkheimer, em que os autores chegam a um impasse sobre a racionalidade como meio de emancipação.

Adorno e Horkheimer chegam a conclusão de que a razão instrumental consistia na forma estruturante e única da racionalidade social no capitalismo administrado e passa a estar sujeitada a função de adaptação à realidade e conformismo diante da dominação vigente. É, portanto, uma sujeição sem alternativa. Habermas, a partir desse impasse formulou o novo conceito de racionalidade comunicativa, em

contraposição à racionalidade instrumental, identificada na dialética do esclarecimento como única e dominante. Para Habermas, esta convive com uma outra, a comunicativa.

Em contraste com este tipo de racionalidade, surge a racionalidade própria da ação de tipo comunicativo, quer dizer, aquele tipo de ação orientada para o entendimento e não para a manipulação de objetos e pessoas no mundo em vista da reprodução material da vida (como é o caso da racionalidade instrumental). A ação voltada para o entendimento é aquela que permite, por sua vez, a reprodução simbólica da sociedade. (HONNETH, 2009, p. 13).

Para esta dissertação interessa fundamentalmente a teoria de Honneth sobre a luta por reconhecimento, portanto não será aprofundado esse histórico da teoria crítica até aqui. Além de Habermas, Honneth também se baseia no conceito de reconhecimento em Hegel e na psicologia social de George Herbert Mead. É importante sinalizar que a categoria “reconhecimento” enquanto luta social tem uma longa trajetória histórica desde Maquiavel Hobbes, Hegel, Nietzsche, passando por contemporâneos da Teoria Social e Crítica.

Segundo Fuhrmann (2013) é a partir dos anos 1980, na Europa, e nos anos 2000, na América Latina, que reaparece a concepção neo-hegeliana de reconhecimento social, associada aos conflitos urbanos. Em parte, isto se deve a necessidade de compreensão dos novos movimentos sociais a partir dos anos 1960. Axel Honneth compõe como um dos principais autores que resgatam esse conceito à luz das sociedades modernas ocidentais como contribuição para a Sociologia Política do Reconhecimento, principalmente nos temas de conflitos sociais e movimentos sociais.

De forma sucinta, Honneth parte da tese de que a identidade dos indivíduos se determina ou é continuamente construída por processos intersubjetivos mediados por mecanismos de reconhecimento. Segundo o autor, essa busca por reconhecimento se dá em três dimensões, do amor, da solidariedade e do direito, e não pela inclusão econômica. Sendo assim, a ausência ou carência desse reconhecimento é o mote para os conflitos sociais.

Só ao cabo dessa subdivisão se pode abordar então aquela questão cuja resposta não foi desenvolvida nem por Hegel, nem por Mead: como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento? (HONNETH, 2009, p. 214)

## **Do amor**

O amor aqui é definido como a dimensão das relações primárias do reconhecimento, envolvendo poucas pessoas. É o caso principalmente do amor entre pais e filhos, nas relações de amizade ou ainda nas relações eróticas entre dois parceiros. Hegel já apontava essa dimensão como um reconhecimento dos sujeitos enquanto seres carentes, e possui aqui o caráter de assentimento e encorajamento afetivo.

Honneth propõe um enfoque na relação de amor entre pais e filhos como uma experiência primeira de intersubjetividade que caracteriza a formação de uma identidade a partir da relação com o outro, no caso, com a mãe. O autor utiliza principalmente os estudos do psicanalista inglês Donald W. Winnicott que reforça esta perspectiva nas suas pesquisas sobre a relação entre mãe e filho, em um processo primeiramente de simbiose, como uma dependência mútua, mas também, ao longo do tempo, de conflito e busca por individualidade e auto afirmação.

Winnicott demonstra diversas fases dessa relação de amor, sendo a primeira a “fase do colo”, em que há um estado de fusão como uma unidade simbiótica. A partir deste primeiro estágio, a relação passa por um processo de des-adaptação graduada em que ambas as partes obtém para si um pouco de independência. Para o bebê, esta fase permite um desenvolvimento intelectual e a capacidade de diferenciar cognitivamente o próprio ego do ambiente, e passa a suportar progressivamente a ausência da mãe por curtos períodos. É o que Winnicott conceitua como “dependência relativa”.

Este conceito representa um estágio considerado fundamental para o autor, em que acontecem os passos para o desenvolvimento da capacidade infantil para a ligação, em que se constitui o “ser-si-mesmo em um outro”, concebido como um padrão importante para todas as formas maduras de amor. É a etapa em que ocorre um processo de desilusão da criança em relação a mãe, esta cada vez mais autônoma.

Winnicott demonstra que nesta fase a criança desenvolve um processo de “destruição” apresentado por ele no quadro do conceito de “fenômenos transicionais”, em resposta a uma realidade que resiste a estar disponível. É o caso de atos agressivos e rebeldes, primeiramente dirigidos à mãe, buscando destruir o corpo dela compreendido agora como independente e, conseqüentemente, como uma perda da sua onipotência.

Esse processo, no entanto, é fundamental para a criança aprender a amar sem a fantasia narcísica de onipotência e exige, portanto, uma resistência também da mãe em relação ao bebê.

O autor concebe esse processo de separação e ao mesmo tempo individuação que permite por fim uma relação amorosa sobrevivente com independência e respeito, como uma primeira dimensão dessa “luta por reconhecimento”, abordada por Jessica Benjamin a partir do trabalho de Winnicott. É a confiança que a criança passa a desenvolver na mãe, mesmo depois da independência de cada um, que permite o desenvolvimento da auto-confiança enquanto um sentimento primeiro de auto respeito, que serve de base para as outras dimensões da vida social.

Nesse sentido, a “capacidade de estar só” é a expressão prática de uma forma de auto relação individual, como a que Erikson resumiu sob a rubrica “auto confiança”: a criança pequena, por se tornar segura do amor materno, alcança uma confiança em si mesma que lhe possibilita estar a sós despreocupadamente (HONNETH, 2009, p. 174)

A partir dessa relação mais íntima, caracterizada pelo amor, o processo seguinte na etapa do desenvolvimento do reconhecimento passa a ser com o que Mead chamou de “o outro generalizado”, que consiste em formas de reconhecimento perante a sociedade. A partir deste estágio, o reconhecimento parte para uma esfera que tem nas relações sociais sua dinâmica de conflito e luta.

### **Do direito**

Honneth divide em duas diferentes categorias essa relação: uma ligada ao direito e reconhecimento jurídico como forma de garantir o respeito entre os indivíduos de uma sociedade e em nível pessoal o auto-respeito; e por fim a as relações solidárias, voltadas para as capacidades individuais que se constituem como um valor social culturalmente reconhecidas e que se realizam no sentimento individual da auto-estima.

É importante lembrar que Honneth parte da ideia do direito moderno para elaborar sua teoria do reconhecimento, e, portanto, cabe a ressalva de que o autor propõe uma análise baseada neste conceito moderno/ocidental de sociedade, em que a ideia de Estado representa nas teorias da justiça social o papel de garantia de direitos e também de obrigações na dinâmica social moderna. Esses processos buscam

compreender, portanto, uma forma de reconhecimento dentro desta perspectiva normativa.

O reconhecimento por meio do direito surge, ainda em Hegel e Mead, como uma percepção de que cada um compreende os seus direitos a partir do momento em que também respeita ou valida o direito do outro, a partir das obrigações que cabem a cada um e também ao princípio jurídico universalista de indivíduo nas sociedades modernas, em que reconhecimento recíproco é garantido pelo Estado a partir do conceito de homem reconhecido e tratado como ser racional, livre e como pessoa.

Para explicar melhor a relevância que atribui a essa forma de reconhecimento, Honneth diferencia a organização da sociedade tradicional europeia, baseada na monarquia, divisão em castas sociais mais rígidas, em que os direitos e obrigações estavam segmentados conforme a hierarquia social do indivíduo, com princípios morais atrelados ao status de cada grupo. Com a mudança de relações provocada em grande parte pelas revoluções burguesas, a principal diferença para o direito é o fato de este passar a ter premissas dos princípios morais universalistas.

Pois, com a passagem para a modernidade, as categorias pós-convencionais, que já antes foram desenvolvidas na filosofia e na teoria política, penetram no direito em vigor, submetendo-o às pressões de fundamentação associadas à ideia de um acordo racional acerca de normas controversas; sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios (HONNETH, 2009, p. 181)

Com esta pretensão, a obediência de normas jurídicas passa a partir da percepção de que todos os parceiros de interação podem assentir ao direito e obedecem à mesma lei, como seres livres e iguais, e possuem reciprocamente a capacidade de decidir com autonomia individual sobre normas morais. Segundo Honneth, esta acepção de princípio universalista torna esta forma de reconhecimento altamente exigente tanto para a individualização quanto para a abrangência do direito a todos.

Para caracterizar o direito enquanto uma auto relação de respeito, Honneth propõe diferenciá-lo de outro tipo de respeito ao qual se mesclava nas sociedades tradicionais. Nestas, o respeito e o direito estavam intimamente relacionados com o estamento social a que pertencia, o qual delimitava quais os direitos e deveres e

também a estima social que possuiria. Com a modernidade, segundo o autor, essa separação também vai ser dividida nas formas de reconhecimento, desdobrando-se em direito universalista e estima social a ser aprofundada no próximo tópico.

O caráter do respeito que Honneth propõe avaliar enquanto direito universalista não pode ser confundido com o “valor” individual, ligada ao pertencimento em determinado grupo ou enquanto capacidade estimada socialmente. O respeito que o autor define como próprio das relações jurídicas deve ser aquele que garante ao indivíduo um reconhecimento cognitivo enquanto ser humano e, portanto, é um saber prático sobre as limitações que cada um deve impor às suas ações perante outra pessoa. “Reconhecer o outro ser humano como uma pessoa significa então agir em relação a ele de modo a que nos abrigam moralmente as propriedades de uma pessoa” (Honneth, 2009, p. 186).

Este é o respeito moral, que pressupõe a imputabilidade moral para responder por suas ações, e também exige de cada um a capacidade de agir de acordo com a o discernimento cognitivo esperado. É um acordo racional entre indivíduos em pé de igualdade que garante, a despeito das distinções valorativas de cada um, uma universalização no reconhecimento jurídico.

Abordar este respeito moral é, portanto abordar a concepção de racionalidade vigente ou dominante nas sociedades, a qual vai então delimitar as exigências que vão ser a base do discernimento de imputabilidade moral. Acessar essa forma de conhecimento e definição de si exige também “uma medida mínima de formação cultural e de segurança econômica” (Honneth, 2009, p. 193), apontada pelo autor como uma relação em que o sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico para orientar-se por normas morais, mas também deve ter a propriedade concreta de ter um nível de vida necessário para isso.

O impasse delimitado acima pode ser compreendido como uma relação de conflito na medida em que, se por um lado o direito se universaliza para grupos diversos e até então excluídos ou desfavorecidos, os mesmo direitos que a todos os demais membro, por outro, evidencia diferenças nas chances individuais para exercer da

forma esperada pela concepção de reconhecimento do direito moderno, sua liberdade socialmente garantida

(...) o direito ganha, como vimos, em conteúdos materiais, através dos quais também as diferenças nas chances individuais de realização das liberdades socialmente garantidas encontram uma crescente consideração jurídica; no segundo caso, ao contrário, a relação jurídica é universalizada no sentido de que são adjudiciados a um círculo crescente de grupos, até então excluídos ou desfavorecidos, os mesmos direitos que a todos os demais membros da sociedade (HONNETH, 2009, p. 193-194)

São os confrontos práticos que se seguem por conta desse atrito em que o reconhecimento pode ser denegado ou desrespeitado que se instaura, na perspectiva do direito uma luta por reconhecimento. E que acontecem em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance do status para ser incluída como uma pessoa de direito.

A auto relação positiva possibilitada pelo reconhecimento jurídico é a conquista do auto-respeito, assim como a autoconfiança é para a relação amorosa, se concebemos os direitos como signos de um respeito social, assim como o amor o é da expressão afetiva. “enquanto este cria em todo ser humano o fundamento psíquico para poder confiar nos próprios impulsos carenciais, aqueles fazem surgir nele a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (Honneth, 2009, p. 195).

O autor argumenta assim que possuir direitos individuais significa poder colocar pretensões aceitas e que dotam o sujeito de uma ação ou atividade legítima, constituindo um caráter público do direito que autoriza seu portador a uma ação perceptível ao seu parceiro de interação e que possibilita o auto-respeito. É o caso das atividades em que se reclama por direitos, como um meio de expressão simbólica em que sua efetividade demonstra reiteradamente a reciprocidade no reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável.

Se incluirmos no nexos assim traçado as reflexões desenvolvidas até o momento, então se poderá tirar a conclusão de que um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua soletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “auto-respeito” (HONNETH, 2009, p. 197)

Por fim, segundo o autor, quando o direito é denegado como forma de reconhecimento afeta de forma individual o seu auto-respeito. Baseado em estudos sobre alguns movimentos sociais como o movimento negro nos EUA nos anos 1950 e 1960, o significado psíquico que o reconhecimento jurídico representa para grupos excluídos ou desfavorecidos é perceptível quando na ausência deste se gera um sentimento de vergonha social, em que só a reivindicação por meio de protesto ativo e resistência podem libertar.

### **Da estima social**

A última modalidade na tríade de reconhecimento é a estima social, vinculada aos valores culturalmente construídos em que se diferencia do reconhecimento jurídico por pressupor uma forma individualizante de reconhecimento das capacidades e características específicas do indivíduo que possuem um valor socialmente relevante. A estima social representa uma construção não objetiva e plural nas sociedades modernas.

Assim como o reconhecimento jurídico, o conceito de estima social, tal como a caracteriza Honneth, também parte de uma ideia de modernidade em que se diferencia em muitos aspectos da estima das sociedades tradicionais europeias. São as duas dimensões, do status e do direito que, ao se separarem, ao menos dentro das teorias e filosofia política moderna, passam a diferenciar a universalização do direito, que garante já uma dimensão importante do respeito ao considerar todos igualmente dignos de reconhecimento jurídico da sua integridade, e a estima passa a compor as características e capacidades individuais com valor social reconhecido.

A estima em sociedades tradicionais estaria ligada ao status do grupo e ao sentimento de “honra” em se desenvolver individualmente dentro das expectativas sociais do estamento a que se pertence. Com os novos valores modernos, a “honra” passa a ser compreendida enquanto “reputação” ou “prestígio social” e é medido dentro dos princípios da capacidade individual de desenvolver determinadas propriedades da personalidade que possuam um valor social.

Seu alcance social e a medida de sua simetria dependem então do grau de pluralização do horizonte de valores socialmente definidos, tanto quanto do caráter dos ideais de personalidade aí destacados. Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social

assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas. (HONNETH, 2009, p. 200)

Assim, segundo Honneth (2009, p.204), somente com a separação da estima social em relação ao status que o sujeito entra no campo disputado da estima como uma grandeza “biograficamente individuada”. Esta dimensão do reconhecimento a partir da ideia de “honra”, segundo o estamento tradicional, em grande parte foi contemplado na relação jurídica moderna, em que alcança uma garantia universal de “dignidade humana”. Outra parte desse reconhecimento é reinterpretada na dimensão de uma autorealização pessoal a partir de capacidades que a distingue dos outros e permite o sentimento de ser “valiosa” para a sociedade.

São realizações pessoais que não partilha com outros e leva a uma individualização na representação de quem contribui para realizar finalidades éticas. Esta mudança na concepção de estima também indica um pluralismo de possibilidades de realizações individuais, contudo como alerta Honneth,

(...) doravante é um certo pluralismo axiológico, mas agora específico à classe e ao sexo, o que forma o quadro cultural de orientações, no qual se determina a medida das relações do indivíduo e, com isso, seu valor social. É neste contexto histórico que sucede o processo em que o conceito de honra social vai se adelgçando gradativamente, até tornar-se o conceito de prestígio social (HONNETH, 2009, p. 205)

É também no impasse entre compreender como se organiza esses valores culturais socialmente construídos que o autor aponta a duplicidade desta dimensão em que por um lado deve estar aberta a diferentes formas de auto-realização e por outro deve compor os valores pressuposto para orientação social. É nesta perspectiva que Honneth caracteriza um conflito cultural e a constatação da necessidade que chama de “uma práxis exegética secundária” (2009, p. 206) antes que as finalidades sociais representadas pelos valores possam entrar em vigor no interior do mundo da vida a título de critério de estima.

Essa prática pode ser interpretada justamente como o conflito cultural de longa duração, em que os diversos grupos na sociedade moderna constituem uma luta permanente para afirmar ou disputar, “com os meios das forças simbólicas e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas a sua forma de vida.” (Honneth, 2009, p. 207). Este é o motor da luta por reconhecimento na dimensão

da estima social na medida em que se tornam públicas as reivindicações por valores condizentes com a forma de realização e auto realização de pessoas e grupos.

Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a oportunidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (HONNETH, 2009, p. 207-208).

O autor pontua também que em relação a estima social, Georg Simmel complementa que está acoplada a esta, de forma indireta, os padrões de distribuição de renda e, portanto, os confrontos econômicos se referem a esta dimensão da luta por reconhecimento. É em sentido aproximado que Honneth diz que é próprio do caráter da estima uma relação assimétrica entre sujeitos individuados.

O tipo de auto relação identificada com a experiência de estima social é descrita pelo autor quando se refere ainda ao caso da divisão por estamentos nas sociedades tradicionais, em que esse reconhecimento fazia os indivíduos chegarem a um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva, em que o indivíduo se sente membro de um grupo em condições de realizações comuns, cujo valor é reconhecido socialmente.

Na relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida; pois por “solidariedade” pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica. (HONNETH, 2009, p. 209).

Apesar do exemplo referir-se a uma estrutura tradicional, serve como ponte para pensar o sentimento de solidariedade como uma comunidade de valores em que se estabelece o reconhecimento mútuo do valor de cada indivíduo como membro. Esta é a mesma lógica das sociedades modernas, com a diferença de ser nestas uma relação não baseada em status prédefinidos mas a partir da relação entre sujeitos individuados e autônomos. Assim como fica evidente a solidariedade nos grupos que se unem por experiências comuns de resistência.

Essa proposta explica também a circunstância de o conceito de “solidariedade” se aplicar até o momento precipuamente às relações de grupo que se originam na experiência da resistência comum contra a repressão política; pois aqui é a concordância no objetivo prático, predominando sobre tudo, que gera de súbito um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro. (HONNETH, 2009, p. 209)

Nestas condições, a auto relação que se estabelece para o indivíduo na experiência de estima social enquanto uma confiança emotiva de que sua realização individual pode contribuir coletivamente é uma espécie de auto realização prática que pode ser traduzida pelas expressões de “sentimento de próprio valor” ou de “auto-estima”. Esta é a dimensão individual e emotiva que se acrescenta nesta relação com o sentimento de auto confiança decorrente das relações amorosas e de auto respeito no reconhecimento jurídico.

Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis. (HONNETH, 2009, p. 210-211)

Por fim, o autor aborda que o termo simétrico utilizado para definir as relações de estima mútua está relacionada ao fato de considerar reciprocamente os valores que fazem a capacidade propriedades do outro uma contribuição significativa para a práxis comum e permite cada um experimentar a si mesmo sem distinção de graduações coletivas e então assumir uma postura de reconhecimento solidário.

### **Metodologia de análise das histórias de vida**

O objetivo desta dissertação é fazer uma análise intersubjetiva das histórias de vida de três catadoras de materiais recicláveis, entrevistadas para esse trabalho, em que se possa abordar a partir delas a luta por reconhecimento proposta por Honneth, assim como dialogar com as colonialidade do poder apresentadas no segundo capítulo e com o contexto do primeiro capítulo.

Esta dissertação desde o início teve como objetivo abordar os catadores e catadoras de materiais recicláveis, a partir da minha vivência no projeto de incubação da UFPA. Por este motivo, a metodologia escolhida precisava trazer como perspectiva

principal os catadores de materiais recicláveis e as histórias de vida que desde o início foi o interesse principal nesta temática.

Assim, optou-se pela metodologia de entrevistas qualitativas a partir da abordagem de histórias de vida e recursos também do conceito de escuta ativa para construir o material analítico desta dissertação. São três entrevistas, realizadas no início de 2019, com três catadoras de materiais recicláveis de diferentes associações e com diferentes trajetórias e funções dentro de suas organizações.

A opção por mulheres partiu da percepção de ser o gênero majoritário nas associações e cooperativas, além de serem as lideranças regionais e presidentes das cooperativas e associações. Não é um recorte cronológico, no sentido de que não são as mais antigas catadoras do Aurá, nem necessariamente por mais tempo na catação. A escolha buscou uma diversidade em trajetórias e enriquecesse com diferentes funções e comportamentos para análise intersubjetiva.

Para as entrevistas foram estabelecidas previamente uma proposta de tópicos temáticos a serem observados nas falas e instigados nas perguntas, a saber: trajetória de vida que levou cada uma a atividade de catação, memórias do período do lixão do Aurá, as diferenças entre o trabalho no lixão e nas cooperativas e associações, os desafios e as expectativas enquanto categoria trabalhista, e os sonhos ou perspectivas de crescimento pessoal independente da atividade de catadora.

Com esses itens se busca desde uma compreensão de como cada uma observa a relação trabalhista e de luta por reconhecimento, mas também uma individualização sobre a trajetória e as perspectivas para além do trabalho. Isto por que, como Honneth propõe demonstrar, é importante também compreender dimensões emocionais do reconhecimento nas histórias de vida.

### **Sobre as entrevistadas**

Para esta dissertação foram feitas entrevistas com três catadoras de materiais recicláveis, são elas Dona Socorro, presidente da Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém – ACCSB; Dona Raimunda, catadora da Associação Filhos do Sol; e Dona Maria Trindade Santana de Araújo, catadora da Associação Cidadania para

Todos, coordenadora da rede Recicla Pará e representante da regional norte do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

A primeira entrevista para esta dissertação foi feita com a Dona Socorro, na sede da ACCSB, que fica no galpão do canal São Joaquim, espaço dividido com mais duas organizações de catadores, a COOCAP (Cooperativa de Catadores da Pedreira) e a ARAL (Associação de Recicladores de Águas Lindas), todas vinculadas à rede Recicla Pará. Meu primeiro contato com a dona Socorro foi na viagem para a Expocatadores - Belo Horizonte, em 2016, oportunidade em que a entrevistei algumas vezes como parte da minha função de jornalista pelo projeto de incubação.

A segunda entrevistada foi a Dona Raimunda, que conheci quando visitei a Associação Filhos do Sol, localizada em um galpão na Padre Eutíquio próximo à Gentil, no bairro da Campina. A visita fazia parte do meu roteiro de pesquisa de campo para esta dissertação em que me propus conhecer todas as sedes de cooperativas e associações de catadores de Belém. Nesta visita conversei com o Seu Jorge, presidente da Associação, o qual também conheci na viagem à Expocatadores, e ao longo da conversa ele me apresentou a Dona Raimunda, afirmando que ela tinha muita história da época do Aurá. A partir daí começamos uma conversa informal e em outro dia voltei para gravar a entrevista.

Por fim, a entrevista com a Dona Maria Trindade foi a última e também demandou mais tempo pois precisava me preparar não somente para a escuta e entrevista da história de vida, mas também elaborar perguntas mais objetivas sobre política e o movimento social dos catadores, visto que ela é uma das principais lideranças dos catadores no Estado, junto com a Nádia Luz e a Débora Bahia, respectivamente coordenadoras das outras duas redes, a CataPará e a Cooperbem, e também sua opinião sobre o movimento nacional, visto que é a representante regional do MNCR.

Assim, a entrevista com a Dona Maria Trindade foi dividida em dois momentos, um de escuta e perguntas focadas nos tópicos abordados no início desta apresentação, o mesmo tipo de entrevista de história de vida feita com a Dona Socorro e Dona Raimunda; e um segundo momento em que organizei alguns tópicos para abordar mais

diretamente algumas perguntas sobre política, organização social no Estado e no país e sua percepção enquanto liderança regional do MNCR.

A Dona Maria Trindade eu conheci no projeto de incubação, ainda antes da viagem para a Expocatadores, visto que ela frequentava as reuniões com a UFPA e com setores do poder público, como a Sesan, em que o projeto também se fazia presente. Acompanhei com ela as reuniões dos catadores para conseguir o ônibus junto a SEASTER, no qual viajaram para Belo Horizonte e desde então é a pessoa que sempre encontrava em espaços de debates sobre lixo urbano, coleta seletiva e assuntos pertinentes aos catadores em geral, enquanto pesquisava para esta dissertação.

Cada uma destas entrevistas compõe um tópico de análise e o objetivo não é fazer uma análise discursiva, mas uma análise textual dos relatos em diálogo com todo conteúdo que foi abordado até aqui e principalmente com a intersubjetividade de Honneth, a partir das relações de amor, respeito e solidariedade presentes nas falas em diferentes momentos. Assim, busca-se compreender como se articula a luta por reconhecimento a partir das experiências de vida narradas.

A relação com a luta por reconhecimento parte de um discurso dos catadores sobre o trabalho. As histórias de vida analisadas propõe compreender como essa luta por reconhecimento transparece nas experiências individuais, a partir tanto de vivências, quanto de discursos e de relações emocionais que aparecem em alguns termos usados pelas catadoras em suas histórias.

O contexto dos catadores em geral está relacionado com a abordagem de Honneth por se tratar muitas vezes de experiências em que o conflito moral se instala, visivelmente nas dimensões coletivas do conflito, no caso do direito e da solidariedade, em que é perceptível as relações de privações e degradação principalmente nas memórias sobre o Aurá.

A formação da organização enquanto movimento social é baseada na luta por reconhecimento enquanto categoria trabalhista, em que se busca por direitos e por solidariedade da sociedade perante o reconhecimento do valor do trabalho do catador, o que demanda uma mudança cultural voltada para a coleta seletiva feita por cooperativas

e associações de catadores com participação ativa da população, inclusive para cobrar medidas que favoreçam os catadores na contratação com o poder público municipal.

Ao abordar as diferenças entre o trabalho no Aurá e nos galpões das cooperativas e associações, surge nos relatos o termo “dignidade”, que tem uma forte relação apontada por Honneth tanto com reconhecimento do direito jurídico quanto com o sentimento de estima social. Mesmo assim, os relatos em geral retratam ainda muita precariedade em relação aos desafios e perspectivas profissionais, visto que a partir deste patamar de “dignidade” que conquistaram, o movimento hoje se organiza pela bandeira da inclusão dos catadores nas políticas públicas de coleta seletiva, o que reivindicam enquanto uma reciclagem popular.

Para o movimento dos catadores, apesar das conquistas até agora, a situação em geral ainda é mínima e muitos catadores apenas sobrevivem na atividade. É pela percepção de que realizam um trabalho não pago, o que fere o respeito ao serviço ambiental, urbano e público que oferecem e não é reconhecido que reivindicam a contratação como principal pauta do movimento hoje no Estado.

Por fim, é interessante observar o crescimento pessoal a partir do envolvimento na luta por reconhecimento que as catadoras relatam, mas também as perspectivas pessoais principalmente voltadas para a inclusão no mercado de trabalho dos filhos e netos e na profissionalização de cada uma em outras áreas.

### **Dona Raimunda.**

Dona Raimunda Silva, 55 anos, é de Ipixuna, no interior do Maranhão. Morava com os pais, três irmãos e quatro irmãs, e cultivavam uma roça que servia principalmente para o próprio sustento da família. Com a morte dos pais, aos 10 anos, saiu de casa para trabalhar como empregada doméstica e passou por vários municípios e estados antes de se fixar como empregada doméstica em Belém. Começou na atividade de catadora com 21 anos, quando se mudou para a Estrada Santana do Aurá grávida da primeira filha e trabalhou por 10 anos como catadora no Aurá. Hoje é associada na Associação Filhos do Sol, onde também trabalham seus quatro filhos e alguns netos.

Diferente das outras duas entrevistadas, Dona Raimunda não representa nenhuma função de liderança ou cargo administrativo na associação em que trabalha.

Esta consideração é importante de observar principalmente pelo critério político do relato, o qual não é tão forte e evidente, assim como as respostas são mais curtas e diretas. No entanto, trazer esta história de vida para a dissertação se tornou importante por ela representar muitas catadoras, tanto pela migração, apontada por Cunha (2007) como uma parcela de mais 40% dos catadores do Aurá, quanto falta de acesso a educação básica e perda de laços familiares.

Dona Raimunda começou a trabalhar muito cedo, aos 5 anos, com a família na roça e também perdeu o laço familiar ainda muito nova quando saiu de casa para trabalhar aos 10 anos, o que evidencia a falta de oportunidade de estudo, além de ser de outro Estado. Hoje não tem contato com nenhum parente além da família que construiu aqui, com filhos, netos e até bisnetos. Ela reflete, portanto, a situação de uma parcela significativa de catadores que saem de seus locais de origem em busca de oportunidades melhores de trabalho e encontraram no lixão uma opção derradeira de sustento. Porém também sinaliza a relação de exclusão social nessa dinâmica de migração que tem por base o fluxo do comércio e trabalho, atraindo pessoas para centros urbanos.

P.: Os seus pais eram catadores também?

R.: Não, meus pais nunca cataram lixo, trabalharam em roça. É do Maranhão.

P.: A senhora é de lá? De onde? De que lugar?

R.: É, de Ipixuna, perto de São Luiz do Maranhão.

P.: E como a senhora veio parar aqui?

R.: Ah, meu pai e minha mãe morreram, aí uma senhora disse “quer trabalhar?”, eu disse “quero”, ela disse que era em casa de família, eu disse “quero”, aí fui pro rio de janeiro, do rio fui pra marabá trabalhando, aí depois eu vim pra cá, daqui eu não fui mais, já fiquei. (entrevista com Dona Raimunda, 2019)

P.: Não tem ninguém aqui em Belém?

R.: Não, só eu.

P.: Mas a sra era uma criança...

R.: Eu quebrava coco babaçu, trabalhavam na roça. Eu comecei a trabalhar desde os 5 anos. Uma hora dessa a gente tava plantando arroz, feijão, tudo. (entrevista com Dona Raimunda, 2019)

Um dos elementos presentes nessa forma de migração vivida por Dona Raimunda é a perda do laço familiar ainda muito cedo. Desde a saída de Ipixuna, ela chegou a voltar uma vez e depois partiu de novo para outros municípios para trabalhar

como empregada doméstica e desde então perdeu todo contato com a família. Como relata neste outro trecho

P.: A senhora não tem contato com nenhum irmão então?

R.: Nenhum irmão, nem irmã, nem tio, nem tia, acho que eles já pensam que eu já morri, muito tempo que eu saí de casa. Que eu saí de casa fui pro Rio de Janeiro, aí do Rio de Janeiro ainda fui lá com eles, aí eu disse “agora eu vou trabalhar aqui com vocês.” Aí depois veio uma senhora e disse “tu queres ir pra marabá?”, eu digo “vou”. Aí eu fui. De Marabá já vim pra cá pra Belém, aí não fui mais. (entrevista com Dona Raimunda, 2019)

Esta dinâmica foi mostrada no capítulo 1 a partir da proposta de análise da dinâmica sócio espacial proposta por Cunha (2007) adaptada de Corrêa (2005), em que o fluxo de migração para os centros urbanos em geral compõe um padrão, do interior para o centro, deste para a primeira periferia, e desta para a segunda periferia, já bem mais afastada do centro e da infraestrutura urbana, que o autor reconheceu como uma dinâmica recorrente entre os catadores do Aurá.

Outra característica recorrente entre os catadores do Aurá é o baixo nível de escolaridade, evidenciado no caso da Dona Raimunda pela necessidade do trabalho precoce de forma compulsória pelo contexto social do qual veio. É importante pontuar que essa contextualização de história de vida, a partir da falta de acesso a educação, o trabalho, além a falta de seguridade e garantias sociais, já indica relações de privação de direitos a nível de reconhecimento jurídico, incorrendo na desigualdade e exclusão social, visto que são direitos “básicos” para a imputabilidade moral dos sujeitos no direito moderno/ocidental.

Honneth (2009) denomina a privação de direito como experiências de rebaixamento que afetam o auto-respeito moral, como modo de desrespeito pessoal infligidos quando o sujeito permanece estruturalmente excluído da posse de determinados direitos na sociedade. “Direitos” aqui podem ser entendidos, grosso modo, como pretensões individuais cuja satisfação é legitimada, visto que, como membro de igual valor na sociedade, deveria participar em pé de igualdade de sua ordem institucional.

Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o

sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; neste sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de auto-respeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos. (HONNETH, 2009, p 216-217)

Esta forma de desrespeito ligada ao reconhecimento jurídico é um dos elementos principais que perpassa diversas etapas da vida dos catadores de materiais recicláveis, desde o nível de história pessoal, que compõe um quadro de exclusão social, passando pela vivência de catação no lixão do Aurá, em condições extremas de desrespeito, e até hoje constitui a principal bandeira do movimento social enquanto categoria trabalhista, na demanda por reconhecimento e legitimação do trabalho.

Portanto, essa experiência de privação de direitos faz parte da história de vida da maioria dos catadores que chegam até esse trabalho já em decorrência de uma desigualdade estrutural. Neste sentido também, é importante dialogar com as teorias decoloniais que explicitam a relação subjetiva e material dessa exclusão social a partir da “diferença colonial” (Mignolo, 2005), ou seja, a dimensão racial presente na dinâmica de segregação sócio espacial e de privação de direitos.

Alguns trechos da entrevista com a Dona Raimunda demonstram uma postura mais focada na sobrevivência, no sentido de garantir a melhor oportunidade de trabalho e renda para ela e a família e evitar conflitos, seja interno ou externo à Associação. Essa postura contrasta com a das outras duas entrevistadas, em que prevalece uma fala mais pragmática em apontar as contradições e o que precisa melhorar para o trabalho.

P.: E Dona Raimunda qual seu desejo pro futuro?

R.: Nem sei. Meu sonho é ficar aqui mesmo, catando. Eu dou graças a deus, é pouco, mas dá pra eu ajudar meus netos, criei meus filhos. Graças a deus, eu agradeço muito.

P.: E a senhora deseja alguma coisa pros seus filhos e netos?

R.: Eu quero que eles arranjam um emprego pra eles viverem bem. Todo dia eu peço pra deus abrir uma porta de serviço, que aqui mesmo é só um quebra galho para vocês, vocês são novos, eu não que já to velha. Eles dizem “quando aparecer a gente trabalha. Enquanto não arranja vamos quebrando o galho aqui”. (entrevista com Dona Raimunda, 2019)

Dona Raimunda conta que no lixão era bom porque ganhava mais dinheiro, mas deixou de frequentar para não perder o trabalho na coleta seletiva que estava começando a se formar na COOTPA. Assim como demonstra não gostar de participar das reuniões políticas da Associação e já abandonou algumas vezes a atividade por não gostar das brigas internas que ocorrem com frequência, “chega a gente confere os dias de paz”, segundo ela o motivo é

P.: E briga porque?

R.: Um quer ser mais que o outro porque querem mandar aqui. Por isso que eu digo que eu não quero mandar em nada, quero fazer meu trabalho, pego meu dinheirinho, vou fazer minhas compras, pronto. Pra reunião, pra viajar eu só vou quando o Jorge [presidente da Associação Filhos do Sol] me chama, fora isso eu não vou. (entrevista com Dona Raimunda, 2019)

Ela também demonstra que prefere o diálogo, principalmente com outros catadores e moradores de rua, que em alguns momentos disputam material como papelão e outros recicláveis com os catadores associados. Ela afirma ser uma pessoa muito querida por priorizar o diálogo e uma postura compreensiva com outras pessoas que também precisam catar para sobreviver.

### **Dona Socorro Ribeiro**

Dona Socorro Ribeiro tem 56 anos, nasceu em Belém, mora no bairro do Benguí e é filha de pais catadores. Começou na atividade de catação aos 8 anos, junto com a mãe e os irmãos, recolhendo principalmente latas, ferro e também comida. Trabalhou como catadora no Aurá e hoje é presidente da Associação dos Catadores da Coleta Seletiva em Belém – ACCSB, onde trabalha com o pai, seu Martinho, os filhos e irmãos, todos associados.

P.: Queria que a senhora falasse um pouco sobre o Aurá, quanto tempo a senhora trabalhou lá? E quais as principais diferenças entre trabalhar lá e aqui pra ti?

R.: Eu comecei [como catadora] nos correios em 81 quando eu ia com a minha mãe. Meu pai era mestre de obras quando se desempregou foi parar lá e a minha mãe mesmo cata desde o tempo em que tinha um lixão no Tapanã, outro onde agora é o Shopping Grão Pará, ela catava osso, lata, e vendia pra ajudar o meu pai, aí quando ele se desempregou foi que começou a ir pro lixão, aí já era lá pro Aurá. Eu comecei a ir com minha mãe desde nova, a gente [ela e os irmãos] chegava do colégio, largava as nossas coisas e vinha pra cá onde tem essa área da marinha, os carros da marinha que traziam comida que sobrava dos quartéis, aí a gente levava lata. Ela já deixava as latas todas lavadinhas, escorrendo, quando a gente chegava do colégio a

gente almoçava, pegava as latas e vínhamos pra cá com ela, próximo ao Shopping Grão Pará. Eu tinha uns 8 anos e vinha com os meus irmãos.

Neste trecho se percebe que apesar de também começar a trabalhar desde cedo, aspecto relatado pelas três entrevistadas, Dona Socorro chegou a conciliar trabalho e estudos, e chegou a iniciar a graduação em História, mas precisou parar. Em entrevista contou que pretende fazer o curso de gestora ambiental e concluir o curso de história para ser professora. Apesar de não ser um dado óbvio, mas se percebe uma relação entre o estudo e a hierarquia social dentro das cooperativas e associações, em que as catadoras com maior grau de instrução em geral acabam ocupando cargos ou posições de liderança, como também acontece com a Maria Trindade. A partir de uma interpretação intersubjetiva de Honneth, esta relação pode ser decorrente de um sentimento de autorealização pessoal que garante maior confiança nas relações de reconhecimento mútuo para assumir posições de organização.

Ela também representa uma outra configuração muito comum nos catadores do Aurá, de pessoas trabalham em grupos familiares. Essas relações familiares são um dos principais tópicos apontados na dinâmica do Aurá, muitos catadores começam na atividade a convite de um parente ou amigo, e a partir destes núcleos em pequenos grupos afetivos que se desenvolve a catação, divisão do trabalho e tarefas. Apesar de ser um trabalho derradeiro por sobrevivência, as relações afetivas são um elemento muito forte no sentido do reconhecimento recíproco entre os catadores.

Ao abordar o “amor” enquanto forma de reconhecimento, Honneth amplia o sentido da palavra para relações primárias de ligações emotivas entre poucas pessoas, podendo também contemplar relações de amizade e entre pais/filhos. Esta constitui, na verdade, uma primeira etapa das formas de reconhecimento e está pressuposta nas relações de reconhecimento mútuo dentro de grupos como a base para o sentimento de pertencimento e segurança que se expande gradativamente para a conquista de respeito e estima social.

Além disso, visto que carências e afetos só podem de certo modo receber “confirmação” porque são diretamente satisfeitos ou correspondidos, o próprio reconhecimento deve possuir aqui o caráter de assentimento e encorajamento afetivo; nesse sentido, essa relação de reconhecimento está também ligada de maneira necessária à existência corporal dos outros

concretos, os quais demonstram entre si sentimentos de estima social. (HONNETH, 2009, p. 160)

Isto não significa uma romantização da situação de degradação ou dos conflitos interpessoais, mas configura uma condição expressa por Acioli (2014) quando aborda o território-lixão enquanto formação afetiva e local de sociabilidade e pertencimento. Neste sentido, a premissa de relações afetivas é pertinente para dizer que este é um estágio básico de formação da solidariedade. A autora aponta, por exemplo, que no Censo dos Catadores do Aurá, “dos 1.772 entrevistados, 1.681 catadores 112 responderam que trabalham com alguém de sua própria família.” (Acioli, 2014, p. 154)

Territorializar-se no lixão para os catadores poderia ser interpretado como um refúgio da exclusão vivida na cidade? O lugar onde poderiam “preservar um mínimo de dignidade” e de onde se tira o sustento da família? Para Haesbaert (2004), alguns indivíduos consideram o território enquanto uma área-abrigo e fonte de recurso. Partindo da ideia de que o lixão seria para os catadores o território que apresenta esses dois elementos: fonte de recurso e espaço de abrigo, realizamos entrevistas com catadores que trabalhavam no lixão do Aurá para buscar respostas às questões acima apresentadas e entender se havia esse território-abrigo no lixão de Belém (ACIOLI, 2014, p. 153-154)

As três catadoras entrevistadas para esta dissertação possuem casa própria, cada uma em um bairro diferente, no entanto, é conhecido que muitos catadores moravam dentro do lixão, em “barracas” feitas de lona, por não terem outro lugar para ir. Dali tiravam o sustento financeiro, comida, “moradia” e praticamente a única convivência social. Muitos formaram família no local, inclusive relatos de mulheres que tiveram seus filhos dentro do Aurá.

Nesta mesma perspectiva da relação amorosa, Honneth aborda a violação e os maus-tratos físicos, como a experiência de desrespeito que compõe, nesta dimensão do reconhecimento o impulso para a resistência social e para o conflito, para a luta por reconhecimento. No caso da integridade corporal, esse desrespeito fere a auto-segurança do sujeito em relação ao mundo social.

No relato de Dona Socorro episódios de violação dessa integridade física, a partir de “acidentes”, envenenamento, e até mortes por tratores, pelas próprias condições do ambiente do lixão, assim como de contaminação pela comida, pelo gás ou mesmo o material a que estavam exposto, enfim, a vida dessas pessoas estava em

degradação do reconhecimento enquanto sujeitos. Dona Socorro conta diversos casos desse sistema de escravidão, pode-se dizer, em que se encontravam, sob total silêncio e invisibilidade dessas histórias.

(...) Mas no lixão a gente tinha que tá corpo a corpo com o lixo. Lá a gente tinha que meter a mão mesmo, se cortava, teve companheiro meu que morreu de doenças, teve um que morreu imprensado por caixas, outro que achou uma caixa de bombom, tinha bolor por cima, ele limpou o bolor meteu na boca, comeu, morreu na saída da balança.

P.: Tem muitas histórias assim?

R.: Muitas! Tem a Dona Antônia, que o trator passou por cima da perna dela, perdeu a perna, o irmão da Sara que estava dormindo, se cobriu com papelão, quando começou a sequência, que a gente chamava lá em cima, o trator passou pelo rapaz. Outro rapaz que o trator enterrou ele, porque nesse tempo de chuva o lixo ficava fofo, aí muitas vezes a bacia do coletor afundava, tivemos que correr na balança, implorar para o próximo tratorista que ia pegar trabalho vir pra puxar o coletor para o rapaz sair debaixo. Ele se salvou. Muitos casos. (entrevista com Dona Socorro, 2019).

Dona Socorro conta que ela mesma sofreu acidente no Aurá e sua mãe chegou a passar muito mal por comida envenenada, mas, apesar de serem histórias frequentes, ela conhece apenas uma pessoa que foi indenizada por ter perdido uma perna por atropelamento do trator, caso que aconteceu na época da gestão do Edimilson Rodrigues na prefeitura de Belém, período em que se iniciou também a implantação projetos sociais e de coleta seletiva com os catadores do Aurá, até então desassistidos de qualquer política pública. Os demais casos foram silenciados e não há registro no material pesquisado desses acontecimentos.

A razão disso é que toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na auto-relação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito. (HONNETH, 2009, p. 215)

O autor aborda como esse tipo de lesão física ou ameaça a integridade corporal afeta não somente a confiança, mas um sentimento de estar sujeito a vontade do outro, sem proteção e que se estende ao relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhado com uma espécie de vergonha social. Nestes casos todas as outras dimensões do reconhecimento também estão anuladas, como o direito e a estima social, indicando a ausência de qualquer tipo de validação dos sujeitos.

É neste sentido que Dona Socorro também vai contrastar em sua fala a experiência do Aurá com a da associação por meio da palavra “dignidade”, referindo-se ao ato de comer uma “comida digna”. Apesar de já se apresentar dentro de uma categoria de reconhecimento jurídica, essa relação de dignidade surge como o parâmetro principal da luta de reconhecimento dos catadores a partir da coleta seletiva.

P.: Eu já entrevistei algumas catadoras que disseram que voltariam para o lixão, principalmente pelo dinheiro...

R.: Se você entrevistou alguns catadores que disseram que voltariam pro lixão, eu não tiro as forças de ninguém, eu digo “ótimo, boa sorte!”, mas pra esses companheiros eu digo que do patamar que nós estamos hoje daqui eu só quero ir pra melhor. Eu não volto pro lixão, eu não vou regredir.

Aquí a gente não come uma comida agoniado, que come com uma mão e com a outra espanta mosca ou tem que ficar de olho pro urubu não levar. Hoje a comida da gente é uma comida digna, não pega chuva, só se tiver no roteiro, mas chega aqui e se seca, tria debaixo de um teto. Hoje se eu bater na sua porta e você me der um saco com alguma coisa que não seja reciclável eu lhe chamo e explico que aquilo a coleta não leva. Lá a gente tinha que pegar o que vinha, dormia em cima do lixo, comia em cima do lixo. (Entrevista com Dona Socorro, 2019).

É interessante observar como este sentimento de respeito se desdobra na auto relação individual do auto-respeito quando dona Socorro fala sobre como agora, enquanto catador cooperado e associado, ou seja, enquanto digno de respeito, também reverbera na forma como ela passa a se dizer o que a coleta leva e o que não, passa a escolher, decidir e dizer o que são e o que fazem a partir de um lugar de autoridade.

Este é o percurso Aqui é um exemplo de como Honneth aponta que cada uma destas dimensões que começa na autoconfiança, passa para o auto-respeito e chega até a auto-estima se desenvolve de uma forma subsequente e coerente no desenvolvimento pessoal a partir do reconhecimento. Ao se empoderar enquanto sujeito moralmente validado e respeitado, passa exigir, como um passo subsequente, a estima social dos moradores e da sociedade.

Este é o patamar em que os catadores passam a assumir uma postura de educadores ambientais, como apontado por Santos (2014), em que saem de um lugar de exclusão social, em que eram confundidos, como diz Acioli (2014), com o próprio material de trabalho – o lixo, e passam a ter uma função de educador e transformador da cultura do lixo perante a sociedade, reivindicando sua estima social.

## **Dona Maria Trindade**

A Trindade, como é chamada, tem 48 anos e é de Anajás, no Marajó, onde a família Araújo, por parte de mãe, mora até hoje e vivem da pesca, extração de açaí e palmito. Veio para Belém aos 9 anos com a mãe para estudar e passaram a morar no bairro do Guamá. Nesta época elas trabalhavam na fábrica de castanha, segundo Trindade, nesse período era comum menores de idade trabalhando na fábrica.

Aos 16 anos engravidou do primeiro filho e com o fim do casamento perdeu também a guarda do filho. Um ano e meio depois tomou a decisão de pegá-lo de volta, mesmo que ilegalmente, e então se mudou com a mãe e a criança para a Estrada Santana do Aurá, como um local de refúgio para não ser encontrada. Assim, aos 19 anos começou a catar no Aurá como forma de sobrevivência, pois não podia procurar um emprego formal e precisava se manter em sigilo.

Logo depois reuniu um grupo de mulheres catadoras, mães solteiras, e formou o grupo “Recicladoras do Aurá”, que tinha como proposta sair do lixão e coletar material reciclável na cidade. Essa iniciativa aconteceu pouco antes da formação da COOTPA, de forma independente do poder público. Desde o período no Aurá Trindade é conhecida como uma liderança dos catadores, por tomar iniciativa, organizar e mobilizar a categoria em prol de direitos e visibilidade para suas pautas.

Hoje Maria Trindade é catadora na Associação Cidadania para Todos, da qual foi uma das fundadoras há 14 anos, coordenadora da Rede Recicla Pará, e representante do Movimento Nacional dos Catadores – MNCR na região Norte. Estava junto ao movimento na ocupação do planalto em Brasília em 2001, ocasião em que catadores de todos os Estados se organizaram para pressionar por políticas públicas voltada para as cooperativas e associações de catadores que culminou na elaboração da Lei 12.305, assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a recebeu como representante da região norte da categoria.

P.: Tu podes me contar mais sobre esse período do lixão, como era tua rotina lá?

R.: Bem, quando eu comecei no lixão, não era lixão aberto pra todo mundo catar, tinha guarda lá que a gente tinha que pagar pra entrar no lixão, e a gente pagava pra esse guarda, nessa época era um real pra gente catar e cinquenta centavos pra aqueles que iam catar roupa, essas coisas, pegar algum alimento, tinham que pagar cinquenta centavos. E aí, nós que tomamos

iniciativa, nessa época que teve a revolução. O Edmilson ganhou e foi aberto pra todos catar, e aí sempre eu fui a explosiva mesmo, em 2001 eu que fui representar os catadores de dentro do lixão em Brasília, a gente não tinha hotel como agora, a gente ficou dormindo lá no bairro do Planalto, a gente ficou dormindo com papelão pro Lula nos receber, e aí ele nos recebeu e foi uma pessoa de cada estado representar e a gente conseguiu vários projetos, conseguimos ser incluso pelo código brasileiro de ocupação como catador, é uma profissão, tá lá no código da lei, que nós somos catador de profissão, porque tem gente que quer mudar agora, quer que a gente seja agente ambiental ou outra coisa, mas a nossa conquista foi como catador. Eu cheguei muito alegre que aquilo passou a ser nossa conquista e com o tempo, pouco a pouco, a gente vai se fortalecendo e hoje tem muitas cooperativas por conta disso. Quando eu cheguei eu mobilizei mais de mil catadores, na praça da república, eu tenho foto, relato disso, muitas pessoas já morreram da época e a gente conseguiu dizer nós estamos aqui, a gente quer ser reconhecido, a gente quer sair do lixão, a gente quer coleta seletiva, quer tá dentro de uma cooperativa, de uma associação. Às vezes as pessoas até falam assim, o Jonas mesmo fala, quando eu puxo a história lá de trás, aí ele diz, -Ah olha Trindade, tu tem que falar outras coisas - Não, tu não passaste o que eu passei, sabe, eu vim de uma história, vim do lixão, eu encarei a rua, eu dei cara a tapa na rua, e vocês não passaram por esse processo, e eu passei por todo esse processo e tô aqui, e se hoje vocês são reconhecidos, agradeça a mim, porque eu tava lá, lutando por vocês. Então se hoje tem o Pró Catador que veio pra somar mais, foi a gente que lutou para tá nos assistindo, a gente queria muito. Pra gente tá num patamar hoje falando em processamento de material reciclado pra chegar até indústria, isso teve muita coisa, a gente passou por vários processos, por curso de capacitação, por várias coisas pra agora a gente tá nesse nível assim discutindo sobre processamento, a gente discutindo de maquinário mais pesado pra gente fazer o grão, pra vender, isso a gente nem chegava, nem conhecia como era feito o grão, hoje não, hoje nosso nivelamento tá mais forte agora, entendeu, é a nossa luta né. (Entrevista com Maria Trindade, 2019)

Por estar desde o Aurá a frente da mobilização dos catadores e catadoras, Trindade tem uma percepção e apropriação dos vários momentos de reivindicações, mobilizações e das conquistas até o momento. Ela apresenta de forma breve a trajetória da organização dos catadores no Estado e as lutas em âmbito federal. Na sua fala fica evidente a busca por reconhecimento jurídico, como a formalização enquanto categoria trabalhista, a elaboração e aprovação da Lei 12.305/2010, decorrente das pressões dos catadores desde 2001, a qual prioriza as cooperativas e associações de catadores na coleta seletiva municipal, e os projetos federais, como o Pró-Catador e o Cataforte.

Porém para este relato o foco é abordar a última etapa do reconhecimento teorizado por Honneth: a estima social. A partir do amor e do reconhecimento jurídico como etapas para a garantia da integridade física e de direitos básicos, o autor descreve

a estima social como uma relação de valores culturais da sociedade que para o indivíduo permite um reconhecimento das propriedades de sua personalidade e capacidades, estimadas pelo grupo e por ele mesmo, caracterizada pela auto-estima, e a partir da qual se constroem relações de estima mútua e solidariedade.

A autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperam na implementação de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns. (HONNETH, 2009, p. 200)

Essa característica é percebida na fala de Dona Socorro e Maria Trindade pelo fato de ocuparem um lugar de liderança nas suas respectivas associações, o que já indica um forte reconhecimento social do grupo pelas suas capacidades de representá-los, de articulação, expressão, organização e mobilização. No caso da Trindade a autorelação que expressa pela sua participação nas conquistas importantes para a categoria, em que se individualiza em diversos momentos da fala, deixa explícito o reconhecimento que tem de si mesma enquanto capacidade de liderança e estima entre os catadores.

Honneth propõe essas três dimensões do reconhecimento (amor, direito, estima) enquanto uma sequência gradativa que quando infligida por um fator externo de não reconhecimento, gera o sentimento de desrespeito e impulsiona o grupo de pessoas envolvido nessa situação ao conflito e a luta. No caso dos catadores, pode-se dizer que saíram de uma condição, no lixão, em que o único pilar de reconhecimento era a afetividade, ou amor, entre os catadores, por sobrevivência; passando pela organização social em grupos maiores para reivindicar direitos, tendo a partir de então alcançado um patamar de reconhecimento jurídico; e hoje pode-se dizer que o principal reconhecimento que buscam e ainda lutam é o da estima social.

A hipótese evolutiva assim traçada, porém, só pode se tornar a pedra angular de uma teoria da sociedade na medida em que ela é remetida de maneira sistemática a processos no interior da práxis da vida social: são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida da sociedade (HONNETH, 2009, p. 156)

Apesar de estarem incluídos na Lei 12.305/2010, e em outras demarcações legais, Trindade reclama da falta de clareza na Lei sobre a real relevância do trabalho dos catadores e falta de pragmatismo sobre a implantação da coleta seletiva. Neste sentido, apesar do avanço legal da categoria, na prática os catadores do Pará ainda não são reconhecidos pelo poder público municipal, o qual em geral assume uma postura desinteressada, desmobilizadora e segregadora. No entanto, essa relação pode ser interpretada também como um conflito de estima, na medida em que o valor social do trabalho do catador ainda não é reconhecido.

Apesar da vulnerabilidade social em que se encontrava, desde quando veio do Marajó, até se refugiar na Estrada Santana do Aurá, Trindade expressa em diversos momentos uma autorelação de autoconfiança com a sua história de vida. Isto é perceptível desde quando fala das origens da família no Marajó, segundo ela “a família Araújo é a maior de Anajás”, assim como se apresenta com uma postura de buscar na formação educacional o acesso ao conhecimento para reivindicar direitos. Durante o tempo que foi catadora no Aurá ela também se formou em técnica de administração de empresa e depois em técnica de enfermagem pelo SEFAE, mas nunca exerceu. Foi quando concluiu o curso de enfermagem que formou o grupo Recicladoras do Aurá, organizando as mulheres para saírem do lixão.

Esta história demonstra a diversidade de ocasiões, condições e histórias de vida que compõe o cenário social dos catadores de materiais recicláveis. Desde a migração, exemplificada aqui pela Dona Raimunda, a relação de atividade familiar a partir da Dona Socorro, até a condição de refúgio a partir de uma situação extrema de ilegalidade como a vivenciada por Trindade, que de outro modo talvez não fosse parar no Aurá.

P.: E como foi esse processo pra ti, tu entrou no lixão por necessidade, como foi sair de “catar porque preciso” para a percepção política “a gente precisa sair daqui”, como foi essa trajetória pra ti?

R.: Eu sempre não queria tá dentro do lixão, sempre não queria porque é um horror tá dentro do lixão. Você pode tomar banho, mas quando você entra dentro do lixão e passa muito tempo você não consegue mais sentir o odor, porque já tá entranhado em você, a gente não consegue, pra gente é normal, normal porque a gente já viveu muito tempo ali e eu não queria me acabar só lá. E a primeira oportunidade que teve pra sair pra rua por mais que eu ganhasse muito menos que lá no lixão, eu fiquei na rua, e eu que fazia

manifesto, eu fazia. Eu sai várias vezes expulsa da coleta seletiva por conta que tinha os técnicos, [na época] a gente não tinha essa capacidade, a gente não sabia nem o preço do material porque era o técnico que fazia a venda, olha deu isso pra vocês, e gente não entendia de nada. E aí eu comecei a dizer “não”, aí eu comecei a dizer “não eu quero a minha a venda”, porque o material é nosso, aí eu fui expulsa da coleta [COOTPA, na época]. (entrevista com Maria Trindade, 2019)

Para Trindade é muito clara a relação entre a segregação socioespacial no lixão e a privação de direitos dos catadores, não somente pela própria condição de precisa ir para o lixão para sobreviver representar um desrespeito em todos os níveis, como foi apontado, mas também pela reprodução dessa condição que o próprio ambiente impõe.

Neste sentido, ela também retrata a conquista dos catadores da organização em cooperativas e associações como um patamar básico de “dignidade”, termo utilizado por Honneth como componente da relação de estima social.

P.: Como tu vê a diferença entre trabalhar no Aurá e trabalhar numa associação ou cooperativa?

R.: (...) os direitos da gente aqui fora, a gente sabe que a gente tem o direito, porque a gente vai em reunião ,faz curso de capacitação e a gente sabe dos nossos direitos. E no lixão não, a gente não quer saber de nada, a gente não quer, a gente acha que se for um dia pruma reunião é um dia de trabalho que a gente deixa de conseguir catar o material e vender, então é muito difícil a pessoa ficar isolada a deriva de várias doenças porque não vai no médico e quando vai no médico tá muito avançado, não tem jeito mesmo. Então aqui a gente tá mais protegido de contaminação, tem várias contaminações, tem um gás lá que a pessoa fica inalando aquilo e eu acho que trabalhar numa associação, numa cooperativa é uma dignidade conquistada do que tá lá dentro do lixão, sem ter alternativa nenhuma, sem pensar sobre(...). (Entrevista com Maria Trindade, 2019)

A relação de estima social apontada por Honneth remete, portanto, também ao reconhecimento da sociedade em relação ao valor do trabalho do catador, esfera em que buscam o reconhecimento hoje para conseguir, inclusive, pressionar o poder público a assumir o compromisso de contratá-los para realizar a coleta seletiva na cidade. Esse reconhecimento do valor do trabalho é abordado por Trindade em diversos momentos em que relata conflitos com a Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan e com a sociedade a partir do estigma social negativo dos catadores por trabalhar com lixo.

P.: O Recicladoras foi o primeiro grupo que saiu do Aurá?

R.: Foi o primeiro. Até a SESAN, as pessoas que trabalhavam lá nessa época, não entendiam a importância do nosso trabalho que era classificado, se a gente chegasse lá a gente era... sabe, a gente era tratado como um lixo mesmo. Uma vez a gente não tinha caçamba pra vender o nosso material e eu fui na DRES, que é atrás da SESAN e tinha a diretora de lá e aí eu fui pedir uma caçamba, quando eu bati na porta que eu entrei, por incrível que pareça ela tampou o nariz e fechou a porta na minha cara, pra mim esperar lá embaixo. Pois eu abri a porta e ela me ouviu, eu disse que era catadora, que o lixo nunca ia acabar, mas aquele serviço dela era passageiro e hoje ela não tá mais lá porque ela não é concursada, e eu só sai de lá quando me deram uma caçamba pra eu vender o meu material. Por causa disso eu fui penalizada, passei quinze dias de suspensão porque eu só saí de lá com uma caçamba pra vender o nosso material, então sempre eu fui essa, de não me calar, de dizer eu tô aqui, eu quero ser reconhecida e vocês tem que me ouvir, eu não gosto de ser discriminada assim. (Entrevista com Maria Trindade, 2019)

Esta relação conflituosa dos catadores com o poder público em Belém e Ananindeua reflete a negligência das prefeituras em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos e implantação da coleta seletiva, que explicita também as relações de poder que na América Latina perpassa a colonialidade como elemento de diferença colonial e dupla consciência que reverbera nas decisões desmobilizadoras do poder público.

## Conclusão

- A partir do conceito de luta por reconhecimento em Honneth (2009) é possível observar como as dimensões conceituadas pelo autor, do amor, direito e estima social, perpassa as histórias de vida e relatos das catadoras de materiais recicláveis que passam a se reconhecer também enquanto sujeitos a partir dessas relações de reconhecimento.

- Apesar de as falas não abordarem diretamente as relações de colonialidade do poder, o diálogo da noção de pertencimento, direito e estima social perpassam situações de vida em que se evidencia relações de colonialidade a partir da perspectiva racial, eurocêntrica, da percepção do conflito enquanto parte da dinâmica de periferização da América Latina no capitalismo mundial e a postura hegemônica do poder público também reflete o que Mignolo (2005) denomina de dupla consciência.

- A relação entre a sociabilidade no Aurá e nas cooperativas e associações com a afetividade conceituada a partir da noção de “amor” em Honneth (2009) permite evidenciar o que Acioli (2014) já apontava sobre a dinâmica social no Aurá a partir da ideia de território-lixão em que as relações afetivas, mesmo em situação de sobrevivência podem ser interpretadas como uma base para a luta social por reconhecimento.

- Assim, os relatos também permitem subentender outras reflexões sobre a relação do “direito” enquanto reconhecimento jurídico em Honneth (2009) e os processos de segregação sócio espacial, exclusão e migração. Assim como a estima social está relacionada com os lugares pressupostos pelo estigma dos catadores de materiais recicláveis na dinâmica de diferença colonial.

- Por fim, é importante evidenciar a relação de luta por reconhecimento na micro esfera de relações dos catadores como um fenômeno de evolução social no sentido que Honneth (2009) discute a partir da linha marxista, em que o conflito se configura como uma condição básica para expansão do posicionamento crítico em relação aos direitos e valores sociais impostos. Neste sentido, os catadores representam um movimento social em construção e em crescimento como formação de mudança social e cultural.

## Referências

ACIOLI, Edane de Jesus França. Catadores e a indústria da reciclagem em Belém, Amazônia/ Catadores et l'industrie du recyclage a Belém, Amazonie / Edane de Jesus França, Edna Maria Ramos de Castro – 2014.

ARAÚJO, Luciana. Cooperativismo e economia solidária sob o olhar filosófico latino-americano: a crítica da colonialidade. Revista Lex Humana, Universidade Católica de Petrópolis, vol. 6, nº 2, p. 82-101. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política [online] nº 11, p. 89-117. Brasília, 2013.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In. FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (orgs). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2007.

BÊRNI, Duilio de Avila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Sobre o Estatuto Epistemológico da Racionalidade Econômica segundo Karl Popper. Revista Estudos Econômicos, vol. 44, nº 4, p. 847-880. São Paulo, 2014.

BHABA, Homi K. A questão do “Outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: Pós-modernismo e Política. Org.: Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Brasília, DF, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Eduardo Lander (org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

CUNHA, Bruno Batista. Não está cheirando nada bem: Condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA). 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da Natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Eduardo Lander (org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

FUHRMANN, Nadia. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. Barbaroi [online]. 2013, n.38, pp. 79-96. ISSN 0104-6578.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: uma gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

- KON, Anita. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 1 (105), p. 130-146. 2007
- METELLO, Daniela; SANT'ANA, Diogo de. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (orgs.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Eduardo Lander (org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.
- MITCHEIN, Thomas A.; VILAR, Lucila Jenine Moraes. *Catadora(e)s de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Belém: (Neo)extrativistas dos Ecossistemas Urbanos na Floresta Amazônica*. 2017
- MNCR. O que é o Movimento? MNCR, [online], 02/10/2017. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/o-que-e-o-movimento>. Acessado em 07/08/2018
- OUTROS400. Lixão do Aurá. Outros 400, [on-line], 01/04/2016. Disponível em : <http://outros400.com.br/especiais/3888> Acessado em 07/08/2018
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Eduardo Lander (org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.
- RIBEIRO, Ivana da Costa Anjos **Ambientação e poder público: um estudo sobre a Agenda 21e a ACCSB**. 2013. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas - A contemporaneidade como idade média. *Interface (Botucatu)* [online]. 2000, vol.4, n.7, pp.25-36. ISSN 1807-5762. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832000000200003>.
- SANTOS, Vanusa Carla Pereira **“Aurá” do lixo, do ambiente e do desenvolvimento limpo: racionalidade e território em questão numa metrópole amazônica**. 2014. Tese (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. [online] e-cadernos ces 02, 2008.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010
- VEIGA, José Eli. *Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor*. São Paulo:Senac, 2010.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura